

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

1º de Maio tenta criar agenda positiva; Lula avaliou risco de constrangimento..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro de Bolsonaro é citado em investigação sobre descontos ilegais..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Investigação aponta suspeita de envolvimento de agente da PF..... 5

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do INSS que ganham mais que o mínimo começam a receber 13º..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Nas entrelinhas: para ficar na Previdência, só falta Lupi falar Lula, eu te amo..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

Dia do Trabalhador: comemorações no país foram esvaziadas, sem muito prestígio (DIA DO  
TRABALHO)..... 10

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Siglas da base dão quase metade das assinaturas por CPI do INSS e expõem problemas do  
governo em votações no Congresso..... 14

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja calendário para quem recebe acima de 1 salário mínimo..... 16

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo teve reajuste de 7,5% em 2025; veja valor do piso nacional..... 17

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO  
SEGURIDADE SOCIAL

AMIZADES NO TRABALHO PODEM GERAR MAIOR ENGAJAMENTO PROFISSIONAL  
(Artigo)..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo calcula valor de ressarcimento a aposentados e pensionistas..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Primeiro de Maio "momo" evidencia esvaziamento do movimento sindical..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
SEGURIDADE SOCIAL

Jornada 6 x 1..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Distrital quer conceder título de cidadão honorário de Brasília a Trump - EIXO CAPITAL** ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Não era uma voz, era um acalanto** ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Crédito à transição verde em revisão** ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**A Amazônia é o limite** ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Microcosmo das mudanças sociais** ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

**As transformações de Milei** ..... 39

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - BRASIL  
ECONOMIA

**Nova tabela do IR entra em vigor** ..... 43

# 1º de Maio tenta criar agenda positiva; Lula avaliou risco de constrangimento

**GUILHERME CAETANO VERA ROSA BRASÍLIA  
GEOVANI BUCCI SÃO PAULO**

Um ano depois do ato esvaziado na comemoração do 1.º de Maio, em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu o que fez no segundo mandato, em 2007 e 2008, e permaneceu no Palácio da Alvorada.

Auxiliares o aconselharam a não comparecer às manifestações promovidas pelas centrais sindicais para não se expor ao constrangimento de um eventual fiasco.

Nos bastidores, ministros admitiram ao Estadão que a esquerda não consegue mais mobilizar número suficiente de trabalhadores para encher um local público. Agora, para desviar o foco do escândalo no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e destacar uma agenda positiva no 1.º de Maio, Lula decidiu abraçar a proposta que prevê o fim da jornada de trabalho 6x1. Esta foi a principal bandeira das manifestações de ontem em homenagem ao Dia do Trabalhador.

No pronunciamento feito anteontem, em rede nacional de rádio e TV, o presidente anunciou que o governo entrará na discussão. "Está na hora de o Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras", disse ele.

No dia anterior, Lula havia recebido das centrais sindicais, em Brasília, um documento com várias reivindicações, como a diminuição da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos.

**MINISTROS.** Sem Lula, o ato organizado ontem por centrais sindicais na Praça Campo de Bagatelle, na zona norte de São Paulo, teve a presença dos ministros Luiz Marinho (Trabalho), Márcio Macêdo (Secretaria- Geral da Presidência) e Cida Gonçalves (Mulheres).

Em conversa com jornalistas, Macêdo minimizou a ausência do presidente. "Tudo dentro da normalidade", disse.

Há um ano, Macêdo, que comanda a pasta responsável pela articulação com os movimentos sociais, se tornou alvo de críticas de Lula após o fracasso do ato pelo 1.º de Maio.

Com vários espaços vazios na plateia, o ato de ontem teve show do grupo Pixote e sorteio de dez carros zero-quilômetro.

Cida Gonçalves e Luiz Marinho defenderam o protagonismo das mulheres em torno do fim da escala 6x1. "A reivindicação também é uma luta das mulheres, que terão mais tempo de estar com seus filhos", disse a ministra.

**HISTÓRICO.** Nas 11 vezes em que esteve na Presidência durante o 1.º de Maio, Lula compareceu a comemorações em sete oportunidades. Somente em 2007 e 2008, quando permaneceu em Brasília, e em 2009, ao participar de evento no Rio, ele esteve ausente.

O palco das comemorações do Dia do Trabalhador em São Paulo foi diferente no ano passado.

Em clima de campanha para o então pré-candidato do PSOL à Prefeitura, Guilherme Boulos, Lula enfrentou duas situações constrangedoras em Itaquera. A primeira foi ao pedir voto em Boulos, prática vedada pela Lei Eleitoral; a outra, ao se deparar com um público mirrado à sua frente

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ministro de Bolsonaro é citado em investigação sobre descontos ilegais

**RAYSSA MOTTA FAUSTO MACEDO**

O ex-ministro José Carlos Oliveira, que comandou o Ministério do Trabalho e Previdência no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), é citado na investigação da Polícia Federal (PF) sobre as fraudes que causaram um prejuízo de até R\$ 6,3 bilhões em milhares de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Oliveira também foi presidente do **INSS** - do qual é servidor de carreira -, entre novembro de 2021 e março de 2022.

O nome do ex-ministro despontou na investigação da Operação Sem Desconto a partir da análise de movimentações financeiras de associações e sindicatos sob suspeita de ligação com o esquema. A informação foi divulgada pelo portal Metrôpoles e confirmada pelo Estadão.

A operação foi deflagrada na semana passada e levou à queda do agora ex-presidente do **INSS** Alessandro Stefanutto.

Em nota, Oliveira afirmou que "não é citado como investigado nem foi alvo da Operação Sem Desconto". "Seu nome aparece de maneira secundária, a partir de uma análise de movimentações financeiras atribuídas a terceiros." A Polícia Federal identificou vínculos com pessoas ligadas à Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer), uma das entidades investigadas, que recebeu mais de R\$ 100 milhões do **INSS**.

**NOVO NOME.** O ex-ministro mudou de nome e hoje se apresenta como Ahmed Mohamad Oliveira Andrade. Foi vereador em São Paulo (2008-2012) pelo PSD e, nas eleições de 2024, tentou emplacar uma nova candidatura na Câmara Municipal, mas não se elegeu.

Segundo a PF, ele foi sócio de duas empresas, a Fayard Organização e Serviços Empresariais e a Yamada e Hatheyer Serviços Administrativos, em parceria com José Laudenor da Silva, um auxiliar administrativo que ganha salário de R\$ 1,5 mil.

A PF suspeita que Laudenor seja um laranja. Bancos emitiram alertas sobre movimentações financeiras incompatíveis com a renda dele. "Não foi verificada

justificativa para a elevada movimentação, sugerindo o uso da conta para operar recursos de terceiros ou atividades não declaradas." A apuração envolvendo o auxiliar administrativo levou a investigação até o ex-ministro.

Laudenor recebeu dinheiro de Cícero Marcelino, assessor do presidente da Conafer, Carlos Roberto Ferreira Lopes, e repassou para Oliveira.

Os outros citados na reportagem não foram localizados. |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Investigação aponta suspeita de envolvimento de agente da PF

Um agente da Polícia Federal suspeito de envolvimento no esquema de fraudes do **INSS** foi pego com US\$ 200 mil em espécie durante busca da Operação Sem Desconto, na semana passada. Procurado, o agente Philipe Roters Coutinho afirmou que o dinheiro não tem relação com a investigação do **INSS** e que explicações sobre o montante "serão fornecidas às autoridades no momento oportuno". Ele aparece em imagens de câmeras de segurança do

Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, onde é lotado, escoltando o então procurador-geral do **INSS** Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, um dos investigados, e Danilo Trento, empresário que chegou a ser investigado pela CPI da Covid do Senado, em 2021, nas apurações sobre a tentativa de venda de uma vacina indiana ao Ministério da Saúde. Eles embarcaram em uma viatura da PF, de uso de policiais.

Trento acompanhou Virgílio e teria pago sua passagem em um voo de Brasília a São Paulo em 28 de novembro de 2024, segundo a PF. Na sequência, o procurador embarca em um voo executivo para Curitiba. O relatório aponta "aparente engrenagem criminosa com ramificação na PF."

Procurada, a defesa de Oliveira Filho não quis se manifestar. Trento negou que tenha pago a passagem de Oliveira Filho e disse que o encontro dos dois foi uma coincidência: - Ele me disse que estava atrasado para o hangar. Pedi ao Philipe para dar uma carona a ele, mas não embarquei. As câmeras vão mostrar. Não tenho nada com isso. (Sarah Teófilo)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Aposentados do INSS que ganham mais que o mínimo começam a receber 13º

**Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil**

Os aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham mais de um salário mínimo começam a receber nesta sexta-feira (2) a primeira parcela do décimo terceiro. Feito de forma escalonada, conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS). O pagamento vai até 8 de maio.

A antecipação do décimo terceiro para quem ganha o benefício mínimo, equivalente ao salário mínimo de R\$ 1.518, começou a ser paga no último dia 24. Ao todo, cerca de 34,2 milhões de pessoas estão sendo beneficiadas com a medida.

Com previsão de injetar R\$ 73,3 bilhões na economia, a antecipação do décimo terceiro do **INSS** será paga em duas parcelas. A segunda parcela vai de 26 de maio a 6 de junho. As datas são definidas com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS) e com base na renda do beneficiário. Quem ganha apenas o salário mínimo começa a receber antes de quem recebe mais que o mínimo.

Desde 16 de abril, a consulta do décimo terceiro pode ser feita no aplicativo Meu **INSS**, disponível para celulares e tablets, ou no site [gov.br/meuinss](http://gov.br/meuinss). Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Quem recebe mais que o salário mínimo

O decreto com a antecipação do décimo terceiro do **INSS** foi assinado no início do mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este será o sexto ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão do décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho. Em 2024, em abril e maio.

Conforme os dados mais recentes do **INSS**, de fevereiro, 28,68 milhões de pessoas, cerca de 70,5%

do total dos segurados do **INSS**, ganham até um salário mínimo por mês (R\$ 1.518), enquanto 11,98 milhões recebem acima do piso nacional. Desse total, 10,6 mil ganham o teto da **Previdência Social**, que é de R\$ 8.157,41.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Renda Mensal Vitalícia, não têm direito a décimo terceiro salário.

**Site:**

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/aposentados-do-inss-que-ganham-mais-que-o-minimo-comecam-receber-13o>

# Nas entrelinhas: para ficar na Previdência, só falta Lupi falar Lula, eu te amo

**Luiz Carlos Azedo +**

Não é a primeira vez que o ministro da Previdência, Carlos Lupi, protagoniza um impasse político em decorrência de escândalo de corrupção em pasta sob seu comando. Quando era ministro do Trabalho no governo Dilma Rousseff, também resistiu muito a deixar o cargo, chegando a afirmar que só sairia do ministério abatido à bala. Convocado a prestar esclarecimentos na Câmara, em novembro de 2011, na tentativa de permanecer no ministério, Lupi pediu desculpas: Eu gosto de fazer o debate, às vezes exagero. Peço desculpas públicas. Presidente Dilma, me desculpe, eu te amo, disse.

Àquela ocasião, durante audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Lupi negou que seu chefe de gabinete, Marcelo Panella, estivesse envolvido em irregularidades na pasta. Disse que não existe título mais importante que a lealdade e saiu em defesa do seu braço direito, que coincidentemente é o seu atual chefe de gabinete no Ministério da Previdência.: Não tem possibilidade de o Marcelo estar envolvido em irregularidades, afirmou.

Reportagem da revista Veja revelou que o ministério contratava entidades para dar cursos de capacitação profissional e, depois, assessores exigiam propina de 5% a 15% para resolver pendências que eles mesmos criaram. Marcelo Panella era o tesoureiro do PDT, mas hoje está licenciado da Executiva da legenda.

Lupi não está entre os investigados do esquema ilegal no **INSS**, mas o escândalo ameaça levar o governo Lula à lona. Sindicatos e associações credenciadas pelo Ministério da Previdência descontavam ilegalmente valores das contas de aposentados e pensionistas, sem consentimento, numa escala sem precedentes. A Polícia Federal estima que, entre 2019 e 2025, a fraude movimentou R\$ 6,3 bilhões.

Lupi é criticado pela demora ao agir contra o esquema, que já era conhecido pelo ministro desde junho de 2023. Ele levou ao menos dez meses, segundo documentos do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), para adotar medidas contra as fraudes. Entretanto, o governo está dividido quanto à saída de Lupi.

Nas comemorações do 1º de Maio, o ministro do Trabalho, Luís Marinho, saiu em defesa do seu colega de Esplanada: O ministro Lupi tem as ferramentas agora, com a nova gestão do **INSS**, para poder tomar as decisões, fazer as correções de rota e dar a garantia para a sociedade de que o **INSS** é uma instituição séria, disse.

Marinho acredita que não há indícios de participação de Lupi até o momento, mas disse que outros fatores são levados em conta para mantê-lo ou não no cargo. A continuidade de um ministro, muitas vezes, passa por uma avaliação política, não simplesmente se o ministro tem ou não culpa, completou. É o caso, o maior problema do presidente Lula é a bandeira da ética nas mãos da oposição, sem a qual fica difícil exercer a liderança moral da sociedade.

O ministro da Previdência já teve seus poderes esvaziados com a nomeação do novo presidente do **INSS**, o procurador federal Gilberto Waller Júnior, diretamente pelo presidente Lula. Lupi virou um zumbi na Esplanada, porém, assombra o governo e põe em risco a reeleição de Lula. Aposentados e pensionistas do **INSS** são a base eleitoral mais resiliente do petista.

Marcello Panella, que está novamente no olho do furacão, pode virar um homem-bomba, porque teria indicado alguns consultores contratados por entidades sindicais envolvidos no escândalo. Para quem conhece minimamente os meandros da burocracia federal, é impossível que o esquema de descontos não autorizados de aposentadorias desse tamanho surgisse por combustão espontânea.

O esquema somente teve viabilidade porque foi operado de dentro para fora da máquina do **INSS**. Como explicar que uma das 29 associações envolvidas no esquema de fraude chegou a afiliar até 1.569 aposentados e pensionistas por hora, considerando 20 dias por mês e oito horas de trabalho diário, segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o caso? O menor fluxo de inclusões no mesmo período foi de 778 filiações.

Embora o esquema tenha surgido ainda durante o governo **Temer** e mantido durante a gestão de Bolsonaro, a escala das fraudes aumentou exponencialmente durante a gestão de Lupi: dos R\$ 6,3 bilhões recebidos por 11 entidades citadas pela PF

até agora, R\$ 1,64 bilhão foram descontados em 2023; R\$ 3,39 bilhões, em 2024 (alta de 106,1%); e R\$ 906,19 milhões, apenas no primeiro trimestre deste ano. Se Lula mantiver Lupi no cargo, seu desgaste será irreversível.

Para formalizar os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o **INSS** e realizar os descontos mensais na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, as associações necessitavam de autorização expressa dos beneficiários, mas isso não ocorreu. Mesmo assim, os descontos foram feitos. Cerca de 70% das 29 entidades analisadas não tinham entregado ao **INSS** a documentação completa para fazer os descontos nos benefícios. Tanto o **INSS** como a Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev), durante a auditoria da CGU, em junho de 2024, admitiram que não têm condições técnicas de fiscalizar os descontos. Um esquema desse é operado de dentro para fora da administração.

Não é a primeira vez que o ministro da Previdência, Carlos Lupi, protagoniza um impasse político em decorrência de escândalo de corrupção em pasta sob seu comando. Quando era ministro do Trabalho no governo Dilma Rousseff, também resistiu muito a deixar o cargo, chegando a afirmar que só sairia do ministério abatido à bala. Convocado a prestar esclarecimentos na Câmara, em novembro de 2011, na tentativa de permanecer no ministério, Lupi pediu desculpas: Eu gosto de fazer o debate, às vezes exagero. Peço desculpas públicas. Presidente Dilma, me desculpe, eu te amo, disse.

Àquela ocasião, durante audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Lupi negou que seu chefe de gabinete, Marcelo Panella, estivesse envolvido em irregularidades na pasta. Disse que não existe título mais importante que a lealdade e saiu em defesa do seu braço direito, que coincidentemente é o seu atual chefe de gabinete no Ministério da Previdência.: Não tem possibilidade de o Marcelo estar envolvido em irregularidades, afirmou.

Reportagem da revista Veja revelou que o ministério contratava entidades para dar cursos de capacitação profissional e, depois, assessores exigiam propina de 5% a 15% para resolver pendências que eles mesmos criaram. Marcelo Panella era o tesoureiro do PDT, mas hoje está licenciado da Executiva da legenda.

Lupi não está entre os investigados do esquema ilegal no **INSS**, mas o escândalo ameaça levar o governo Lula à lona. Sindicatos e associações credenciadas pelo Ministério da Previdência descontavam ilegalmente valores das contas de aposentados e pensionistas, sem consentimento, numa escala sem

precedentes. A Polícia Federal estima que, entre 2019 e 2025, a fraude movimentou R\$ 6,3 bilhões.

Lupi é criticado pela demora ao agir contra o esquema, que já era conhecido pelo ministro desde junho de 2023. Ele levou ao menos dez meses, segundo documentos do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), para adotar medidas contra as fraudes. Entretanto, o governo está dividido quanto à saída de Lupi.

Nas comemorações do 1º de Maio, o ministro do Trabalho, Luís Marinho, saiu em defesa do seu colega de Esplanada: O ministro Lupi tem as ferramentas agora, com a nova gestão do **INSS**, para poder tomar as decisões, fazer as correções de rota e dar a garantia para a sociedade de que o **INSS** é uma instituição séria, disse.

Marinho acredita que não há indícios de participação de Lupi até o momento, mas disse que outros fatores são levados em conta para mantê-lo ou não no cargo. A continuidade de um ministro, muitas vezes, passa por uma avaliação política, não simplesmente se o ministro tem ou não culpa, completou. É o caso, o maior problema do presidente Lula é a bandeira da ética nas mãos da oposição, sem a qual fica difícil exercer a liderança moral da sociedade.

O ministro da Previdência já teve seus poderes esvaziados com a nomeação do novo presidente do **INSS**, o procurador federal Gilberto Waller Júnior, diretamente pelo presidente Lula. Lupi virou um zumbi na Esplanada, porém, assombra o governo e põe em risco a reeleição de Lula. Aposentados e pensionistas do **INSS** são a base eleitoral mais resiliente do petista.

Marcello Panella, que está novamente no olho do furacão, pode virar um homem-bomba, porque teria indicado alguns consultores contratados por entidades sindicais envolvidos no escândalo. Para quem conhece minimamente os meandros da burocracia federal, é impossível que o esquema de descontos não autorizados de aposentadorias desse tamanho surgisse por combustão espontânea.

O esquema somente teve viabilidade porque foi operado de dentro para fora da máquina do **INSS**. Como explicar que uma das 29 associações envolvidas no esquema de fraude chegou a afiliar até 1.569 aposentados e pensionistas por hora, considerando 20 dias por mês e oito horas de trabalho diário, segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o caso? O menor fluxo de inclusões no mesmo período foi de 778 filiações.

Embora o esquema tenha surgido ainda durante o governo **Temer** e mantido durante a gestão de

Bolsonaro, a escala das fraudes aumentou exponencialmente durante a gestão de Lupi: dos R\$ 6,3 bilhões recebidos por 11 entidades citadas pela PF até agora, R\$ 1,64 bilhão foram descontados em 2023; R\$ 3,39 bilhões, em 2024 (alta de 106,1%); e R\$ 906,19 milhões, apenas no primeiro trimestre deste ano. Se Lula mantiver Lupi no cargo, seu desgaste será irreversível.

Para formalizar os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o **INSS** e realizar os descontos mensais na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, as associações necessitavam de autorização expressa dos beneficiários, mas isso não ocorreu. Mesmo assim, os descontos foram feitos. Cerca de 70% das 29 entidades analisadas não tinham entregado ao **INSS** a documentação completa para fazer os descontos nos benefícios. Tanto o **INSS** como a Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev), durante a auditoria da CGU, em junho de 2024, admitiram que não têm condições técnicas de fiscalizar os descontos. Um esquema desse é operado de dentro para fora da administração.

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/05/7133403-nas-entrelinhas-para-ficar-na-previdencia-so-falta-lupi-falar-lula-eu-te-amo.html>

# Dia do Trabalhador: comemorações no país foram esvaziadas, sem muito prestígio (DIA DO TRABALHO)

**Fernanda Strickland +**

As dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros resolveram passar feriado internacional do Dia do Trabalhador, ontem, longe das manifestações, inclusive o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já as milhares de pessoas que foram às ruas, em diversas cidades do país, aproveitaram para reivindicar avanços nas condições de trabalho, com destaque para a redução da jornada e o fim da escala 6x1 - em que o funcionário trabalha seis dias e folga um.

Em São Paulo, na Praça Campos de Bagatelle, em Santana, Zona Norte da capital, o evento organizado por seis centrais sindicais, com shows de vários artistas e sorteios, teve o lema Por um Brasil mais justo: solidário, democrático, soberano e sustentável. Entre as principais bandeiras, destacam-se: jornada de trabalho reduzida sem corte salarial, isenção de Imposto de Renda até R\$ 5 mil, igualdade salarial entre homens e mulheres, aposentadoria digna e combate ao feminicídio. Também houve sorteio de carros e shows com vários artistas, como Fernando e Sorocaba, Edson e Hudson e o grupo Pixote.

O evento, iniciado às 11h da manhã, não teve a tradicional presença de Lula, que mandou representantes. Entre eles, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ex-sindicalista como o presidente Lula, a ministra Cida Gonçalves (Mulheres) e o ministro Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência).

No discurso, Marinho atribuiu o esvaziamento na celebração a um movimento de retomada por parte das organizações. Eu acho que as centrais estão em um processo de retomada. Hoje, não foi um público que eles estavam acostumados a fazer no passado. Evidentemente que eu acredito que a capacidade estrutural de mobilização também não foi a mesma que eles tiveram no passado, tudo isso faz parte de um processo, disse. Tenho certeza de que o ano que vem pode ter mais [público] do que neste ano, e, em 2027, pode ter mais do que em 2026, e, assim, sucessivamente, acrescentou.

Na Avenida Paulista, a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) liderou um ato em frente ao Masp, defendendo a independência dos sindicatos em relação a governos e empresas. O movimento exigiu a revogação do arcabouço fiscal, das reformas trabalhista e previdenciária, e a punição dos responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O ponto central foi a exigência por uma jornada de quatro dias e três de descanso, com forte crítica ao modelo 6x1.

Na Grande São Paulo, o Paço Municipal de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, foi palco do evento 1º de Maio no ABC: 100 anos de lutas e conquistas. A celebração, das 10h às 18h, contou com atrações musicais como Belo e Mc Hariel, além de arrecadação solidária de alimentos. As pautas locais incluem a extinção da escala 6x1, isenção do IR para salários de até R\$ 5 mil e redução da jornada sem perda de salário.

Em Brasília, o Eixão virou palco de um ato político-cultural tímido organizado pela Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF), em conjunto com outras sete centrais sindicais. A manifestação começou às 10h, na altura da 106 Sul, e teve como pautas principais a defesa de direitos, democracia e melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

As principais reivindicações dos trabalhadores brasilienses neste ano foram: redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a queda da taxa básica de juros e o fortalecimento dos serviços públicos. Os protestantes ainda levaram faixas negando a anistia aos réus dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

Com uma programação que mistura reivindicação e confraternização, o evento contou com apresentações culturais, brinquedos para as crianças, food trucks e diversas atividades abertas ao público. Segundo os organizadores, a escolha do local foi feita para facilitar o acesso dos participantes, com transporte público gratuito (metrô e ônibus) durante o feriado e amplo estacionamento nas proximidades, como o do Cine

Brasília.

Em Goiânia, a CUT e o Sintego também realizaram ato em defesa da valorização profissional, do fim da escala 6x1 e da justiça fiscal. O evento incluiu sorteios de prêmios, atividades culturais e serviços sociais. Em Recife, a marcha pelas ruas do centro abordou, entre outras pautas, a isenção de **impostos**, o combate à crise climática e a demarcação de terras indígenas. No Paraná, atos ocorreram em Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, com enfoque na jornada 4x3, no custo do transporte público e no 1º de Maio Internacional.

As mobilizações ganham força com projetos legislativos em andamento. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) anunciou, ontem, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para instituir a jornada 4x3. É uma realidade presente em diversos países. Queremos dar aos trabalhadores mais tempo para viver, afirmou.

Ao Correio, a parlamentar explicou que a Câmara dos Deputados, por meio da deputada Érika Hilton, deu início a um debate histórico, meritório e absolutamente inadiável: a redução da jornada de trabalho no Brasil. No Senado, somamos forças a essa empreitada transformadora, que já é realidade consolidada em diversas nações desenvolvidas. Agora, temos uma oportunidade de ouro de colocar o Brasil num rol de nações em completa sintonia com a relação de trabalho do século 21, explicou a senadora.

Gama pontuou que é simbólico e alentador ver que o próprio presidente da República se alinha a essa pauta. Estamos diante de um novo tempo, e é com esperança e determinação que anuncio: vou lutar com todas as minhas forças para que essa revolução chegue à vida dos trabalhadores brasileiros. Estarei na linha de frente, articulando com colegas do Senado, dialogando com empresas e com a classe trabalhadora, mostrando que o modelo é sinônimo de dignidade, saúde e prosperidade. É bom para o trabalhador, é bom para a economia, e é melhor ainda para o futuro do país, disse.

Em março, a deputada Erika Hilton (PSol-SP) protocolou uma PEC semelhante e está convocando atos por todo o país. A proposta, no entanto, encontra resistência no Congresso. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que o tema será discutido, mas criticou a venda de sonhos.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular?

Mesmo diante da resistência parlamentar, o presidente Lula manifestou apoio ao debate em pronunciamento na véspera do feriado. Está na hora de o Brasil dar

esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras. Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no país, em que os trabalhadores passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso, emendou.

Vale lembrar que o presidente não apareceu a nenhuma manifestação, ontem, a fim de evitar o desgaste político devido à queda na popularidade e à fraude do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), além do esvaziamento nos atos do ano passado, quando público foi de pouco mais de 1.600 pessoas, de acordo com levantamento da Universidade de São Paulo (USP) em 2024. (Colaborou Davi Cruz)

As dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros resolveram passar feriado internacional do Dia do Trabalhador, ontem, longe das manifestações, inclusive o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já as milhares de pessoas que foram às ruas, em diversas cidades do país, aproveitaram para reivindicar avanços nas condições de trabalho, com destaque para a redução da jornada e o fim da escala 6x1 - em que o funcionário trabalha seis dias e folga um.

Em São Paulo, na Praça Campos de Bagatelle, em Santana, Zona Norte da capital, o evento organizado por seis centrais sindicais, com shows de vários artistas e sorteios, teve o lema Por um Brasil mais justo: solidário, democrático, soberano e sustentável. Entre as principais bandeiras, destacam-se: jornada de trabalho reduzida sem corte salarial, isenção de Imposto de Renda até R\$ 5 mil, igualdade salarial entre homens e mulheres, aposentadoria digna e combate ao feminicídio. Também houve sorteio de carros e shows com vários artistas, como Fernando e Sorocaba, Edson e Hudson e o grupo Pixote.

O evento, iniciado às 11h da manhã, não teve a tradicional presença de Lula, que mandou representantes. Entre eles, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ex-sindicalista como o presidente Lula, a ministra Cida Gonçalves (Mulheres) e o ministro Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência).

No discurso, Marinho atribuiu o esvaziamento na celebração a um movimento de retomada por parte das organizações. Eu acho que as centrais estão em um processo de retomada. Hoje, não foi um público que eles estavam acostumados a fazer no passado. Evidentemente que eu acredito que a capacidade estrutural de mobilização também não foi a mesma que eles tiveram no passado, tudo isso faz parte de um processo, disse. Tenho certeza de que o ano que

vem pode ter mais [público] do que neste ano, e, em 2027, pode ter mais do que em 2026, e, assim, sucessivamente , acrescentou.

Na Avenida Paulista, a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) liderou um ato em frente ao Masp, defendendo a independência dos sindicatos em relação a governos e empresas. O movimento exigiu a revogação do arcabouço fiscal, das reformas trabalhista e previdenciária, e a punição dos responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O ponto central foi a exigência por uma jornada de quatro dias e três de descanso, com forte crítica ao modelo 6x1.

Na Grande São Paulo, o Paço Municipal de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, foi palco do evento 1º de Maio no ABC: 100 anos de lutas e conquistas . A celebração, das 10h às 18h, contou com atrações musicais como Belo e Mc Hariel, além de arrecadação solidária de alimentos. As pautas locais incluem a extinção da escala 6x1, isenção do IR para salários de até R\$ 5 mil e redução da jornada sem perda de salário.

Em Brasília, o Eixão virou palco de um ato político-cultural tímido organizado pela Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF), em conjunto com outras sete centrais sindicais. A manifestação começou às 10h, na altura da 106 Sul, e teve como pautas principais a defesa de direitos, democracia e melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

As principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros neste ano foram: redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a queda da taxa básica de juros e o fortalecimento dos serviços públicos. Os protestantes ainda levaram faixas negando a anistia aos réus dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

Com uma programação que mistura reivindicação e confraternização, o evento contou com apresentações culturais, brinquedos para as crianças, food trucks e diversas atividades abertas ao público. Segundo os organizadores, a escolha do local foi feita para facilitar o acesso dos participantes, com transporte público gratuito (metrô e ônibus) durante o feriado e amplo estacionamento nas proximidades, como o do Cine Brasília.

Em Goiânia, a CUT e o Sintego também realizaram ato em defesa da valorização profissional, do fim da escala 6x1 e da justiça fiscal. O evento incluiu sorteios de prêmios, atividades culturais e serviços sociais. Em Recife, a marcha pelas ruas do centro abordou, entre

outras pautas, a isenção de **impostos**, o combate à crise climática e a demarcação de terras indígenas. No Paraná, atos ocorreram em Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, com enfoque na jornada 4x3, no custo do transporte público e no 1º de Maio Internacional.

As mobilizações ganham força com projetos legislativos em andamento. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) anunciou, ontem, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para instituir a jornada 4x3. É uma realidade presente em diversos países. Queremos dar aos trabalhadores mais tempo para viver , afirmou.

Ao Correio, a parlamentar explicou que a Câmara dos Deputados, por meio da deputada Érika Hilton, deu início a um debate histórico, meritório e absolutamente inadiável: a redução da jornada de trabalho no Brasil. No Senado, somamos forças a essa empreitada transformadora, que já é realidade consolidada em diversas nações desenvolvidas. Agora, temos uma oportunidade de ouro de colocar o Brasil num rol de nações em completa sintonia com a relação de trabalho do século 21 , explicou a senadora.

Gama pontuou que é simbólico e alentador ver que o próprio presidente da República se alinha a essa pauta. Estamos diante de um novo tempo, e é com esperança e determinação que anuncio: vou lutar com todas as minhas forças para que essa revolução chegue à vida dos trabalhadores brasileiros. Estarei na linha de frente, articulando com colegas do Senado, dialogando com empresas e com a classe trabalhadora, mostrando que o modelo é sinônimo de dignidade, saúde e prosperidade. É bom para o trabalhador, é bom para a economia, e é melhor ainda para o futuro do país , disse.

Em março, a deputada Erika Hilton (PSol-SP) protocolou uma PEC semelhante e está convocando atos por todo o país. A proposta, no entanto, encontra resistência no Congresso. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que o tema será discutido, mas criticou a venda de sonhos .

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular ?

Mesmo diante da resistência parlamentar, o presidente Lula manifestou apoio ao debate em pronunciamento na véspera do feriado. Está na hora de o Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras. Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no país, em que os trabalhadores passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso , emendou.

Vale lembrar que o presidente não apareceu a nenhuma manifestação, ontem, a fim de evitar o desgaste político devido à queda na popularidade e à fraude do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), além do esvaziamento nos atos do ano passado, quando público foi de pouco mais de 1.600 pessoas, de acordo com levantamento da Universidade de São Paulo (USP) em 2024. (Colaborou Davi Cruz)

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/05/7133371-dia-do-trabalhador-comemoracoes-no-pais-foram-esvaziadas-sem-muito-prestigio.html>**

# Siglas da base dão quase metade das assinaturas por CPI do INSS e expõem problemas do governo em votações no Congresso

A requisição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar descontos indevidos em aposentadorias e pensões, a CPI do **INSS**, se tornou mais um capítulo da dificuldade do governo Lula (PT) de fidelizar uma base no Congresso. A comissão, que pode gerar constrangimentos ao Palácio do Planalto e ao atual ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), recebeu apoio de 81 deputados de cinco partidos - União Brasil, PP, MDB, PSD e Republicanos - que têm ministérios. A maioria (60) desses parlamentares já havia contribuído com outras derrotas e desgastes recentes do governo.

A lista de reveses inclui o requerimento de urgência para o projeto de lei (PL) da anistia para envolvidos no 8 de Janeiro; a derrubada de um veto de Lula envolvendo as "saldinhas" temporárias de presos; e a manutenção de um texto do governo Jair Bolsonaro que barrava a criminalização de fake news em eleições. Nesses episódios, as duas siglas que mais jogaram contra o governo foram União Brasil e PP, que anunciaram nesta semana a formação de uma federação com discurso oposicionista para as eleições de 2026.

Já o recolhimento de apoios para a CPI do **INSS** contou com um volume relevante de adesões do Republicanos, cujo presidente, o deputado Marcos Pereira (SP), chamou o caso de "escandalosa fraude". O partido, que tem entre seus quadros o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (PE), contribuiu com 18 assinaturas, o mesmo do PP.

- O assunto desta semana não poderia ser outro: a escandalosa fraude no **INSS**, que gerou descontos e desvios de R\$ 6,3 bilhões nos benefícios dos aposentados e pensionistas. Assinei o pedido de CPI para investigarmos esse esquema fraudulento e acompanharei de perto o caso - disse Pereira, em vídeo divulgado nas redes sociais.

Por exigir menor quórum para ser validado, o requerimento da CPI do **INSS** reuniu menor

quantidade de posições contrárias ao governo, em números absolutos, do que outras derrotas recentes mapeadas pelo GLOBO. Por outro lado, a CPI recebeu a adesão não apenas da bancada mais oposicionista, mas também de parlamentares que não vinham contribuindo para os reveses do governo. Um desses nomes foi o presidente nacional do Solidariedade, o deputado Paulinho da Força (SP), partido que integrou a coligação de Lula nas eleições de 2022.

Paulinho, que tem um histórico de desavenças com Lupi e vem vocalizando críticas a Lula desde o início deste ano, em meio a uma aproximação com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), associou o esquema fraudulento no **INSS** a erros do atual governo:

- O maior assalto que foi feito na História do Brasil foi o roubo de mais de R\$ 6 bilhões da conta dos aposentados brasileiros. Tudo isso aconteceu debaixo do nariz do presidente Lula. Eu, pessoalmente, estive com vários ministros, e as pessoas que trabalharam por toda a vida continuaram sendo roubadas - afirmou o presidente do Solidariedade, em vídeo.

Outro que apoiou a CPI do **INSS** foi o deputado Fausto Pinato (PP-SP), que preside a frente parlamentar Brasil-China e tem relacionamento amistoso com o governo. Pinato também apresentou na semana passada um projeto de lei que busca ser um "meio-termo" ao PL da Anistia. O texto busca diminuir as penas de quem cometeu crimes de menor gravidade e prevendo expressamente que os líderes e financiadores do 8 de Janeiro não poderão ter as penas perdoadas ou reduzidas, posição mais próxima à atual articulação do governo.

Já o PL da Anistia, cujo requerimento de urgência foi protocolado em abril pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), prevê o perdão a todos os envolvidos no 8 de Janeiro, e abre brecha para que Bolsonaro também seja beneficiado, em caso de condenação no Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito do golpe. Das 262 assinaturas em favor da

urgência, mais de metade, 143, vieram de partidos com ministérios.

As bancadas dessas mesmas siglas também contribuíram - majoritariamente, à exceção do MDB - para extinguir a possibilidade de saídas temporárias da prisão, em ocasiões específicas, para condenados ao regime semi-aberto, contrariando uma posição de Lula. O presidente havia vetado um projeto que barrava a "sadinha", mas o Congresso derrubou o veto, com 177 votos de deputados de partidos de centro que têm ministérios

Também no ano passado, em roteiro com sinais invertidos, o Congresso decidiu manter um veto de Bolsonaro a um projeto, aprovado pelo próprio Legislativo, que criava pena de até cinco anos de prisão para a disseminação de fake news "capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral". Nesses dois casos, União Brasil e PP, cuja bancada atual soma 109 deputados, contribuíram com mais de 90 votos contra a posição do governo Lula.

O pedido para abrir a CPI do **INSS**, de autoria do deputado federal Coronel Chrisóstomo (PL-RO), se baseia em uma operação deflagrada na semana passada pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) que apura descontos indevidos, entre 2019 e 2024, que podem ter totalizado R\$ 6,3 bilhões. O esquema, segundo as investigações, envolviam associações que possuem convênios com o **INSS**.

Preocupados com a possibilidade de a CPI virar palanque para o bolsonarismo desgastar ao governo, integrantes do PT tentam evitar que Motta dê aval para a criação da comissão, sob o argumento de que há outras comissões na fila para serem instauradas. Na quinta-feira, parlamentares e outras lideranças da oposição a Lula aproveitaram o feriado do Dia do Trabalho para movimentar o assunto às redes sociais, com publicações que tentavam culpabilizar o presidente.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que busca se cacifar como candidato à Presidência com apoio do bolsonarismo, se referiu ao feriado de quinta-feira como o "1º de maio de luto pelos aposentados roubados pelo PT". No vídeo, além de cobrar a demissão do ministro Carlos Lupi, Zema questionou se Lula estaria "com medo de que as investigações cheguem a mais companheiros dele". Já o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), cobrou o governo a orientar a bancada a apoiar a instauração da CPI.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/02/sigla>

***s-da-base-dao-quase-metade-das-assinaturas-por-cpi-do-inss-e-expoem-problemas-do-governo-em-votacoes-no-congresso.ghtml***

# INSS: veja calendário para quem recebe acima de 1 salário mínimo

## *Colaboração para o UOL*

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou o cronograma completo de pagamentos para 2025, incluindo as datas referentes ao mês de abril.

Os repasses seguem um sistema de escalonamento conforme o penúltimo dígito do NB (Número de Benefício), como já é feito habitualmente, garantindo uma distribuição ordenada.

Os pagamentos para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios que recebem até um salário mínimo terão início no dia 24 de abril e seguirão até 8 de maio. Para quem recebe valores acima do piso nacional, os depósitos ocorrerão entre os dias 2 e 8 de maio. Atualmente, o **INSS** administra mais de 40 milhões de pagamentos mensais, dos quais 28,2 milhões são destinados a quem recebe até um salário mínimo e outros 12,3 milhões a segurados com valores superiores.

Para identificar a data específica de recebimento, é necessário observar o número final do cartão de benefício, desconsiderando o dígito verificador após o traço. As informações atualizadas estarão disponíveis a partir da semana anterior ao início dos pagamentos, acessíveis pela plataforma Meu **INSS**, tanto na versão para computadores quanto para celulares. O login no sistema é feito com CPF e senha cadastrados no portal Gov.br.

Em caso de dúvidas sobre os pagamentos ou outros assuntos, o segurado pode ligar para a Central de Atendimento do **INSS**, no número 135. O atendimento eletrônico funciona 24 horas por dia, enquanto o suporte com atendente está disponível em horário comercial.

Para conferir informações detalhadas sobre as parcelas, o beneficiário deve acessar a seção "Extrato de Pagamento" na plataforma Meu **INSS**. Também é possível utilizar a barra de pesquisa para localizar dados específicos, como a situação cadastral.

## **Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/05/02/inss-veja-calendario-para-quem-recebe-acima-de-1-salario-minimo.htm>

# Salário mínimo teve reajuste de 7,5% em 2025; veja valor do piso nacional

## *Colaboração para o UOL*

O novo valor do salário mínimo nacional foi creditado na conta dos trabalhadores pela primeira vez em fevereiro, reajustado para R\$ 1.518,00.

O motivo do pagamento atualizado ter sido feito apenas em fevereiro, mesmo com o aumento válido desde janeiro, é que os salários são pagos no mês seguinte ao período trabalhado. Dessa forma, a atualização já aparece no contracheque deste mês.

O salário mínimo é o menor valor mensal que um trabalhador pode receber ao exercer uma atividade remunerada. Ele também serve como referência para o pagamento de benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas do governo federal.

O valor de R\$ 1.518 representa um acréscimo de R\$ 106, o que equivale a um reajuste de 7,5%, portanto, acima da inflação do período. Ainda assim, os números foram reduzidos devido ao corte de despesas aprovado no final de 2024.

A fórmula anterior de cálculo do salário mínimo previa a reposição da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - que é mais vantajoso para o trabalhador do que o IPCA, índice oficial de inflação - somada à variação do PIB (Produto Interno Bruto). Com a regra antiga, o salário mínimo seria de R\$ 1.525.

A nova metodologia introduziu um terceiro critério: um limite de aumento de despesas de 2,5%. Assim, mesmo que o PIB registre alta de 3,2%, o reajuste será limitado a 2,5%.

O salário mínimo influencia diretamente os valores de aposentadorias, especialmente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), e de benefícios sociais. Por isso, o governo mantém atenção para evitar aumentos excessivos, que poderiam comprometer o orçamento em tempos de ajuste fiscal.

## **Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/05/02/valor-do-salario-minimo-de-2025-teve-reajuste-de-75.htm>**

# AMIZADES NO TRABALHO PODEM GERAR MAIOR ENGAJAMENTO PROFISSIONAL (Artigo)

**FABIO CALDEIRA** [FABIO.SILVA@HOJEEMDIA.COM.BR](mailto:FABIO.SILVA@HOJEEMDIA.COM.BR)

Na correria de todos do dia a dia, na maior parte das vezes, aqueles que atuam profissionalmente passam mais tempo dedicados a estas atividades do que em seu ambiente residencial e familiar.

Este fato impõe a necessidade de trabalharmos com o que gostamos, que o ambiente seja saudável e a relação com os colegas harmônica, em prol da nossa saúde mental.

Merece atenção um relatório global da Gallup de 2024, atestando que um em cada cinco funcionários no mundo se sente sozinho no trabalho.

Outro estudo, também da Gallup, publicado pela Forbes, indica que profissionais que têm amizades no ambiente profissional são até sete vezes mais engajados. "As conexões humanas são chave para a nossa felicidade, mas também para o sucesso dos negócios", diz Renata Rivetti, CEO da Reconnect Happiness at Work.

Alguns transtornos profissionais são deveras preocupantes. "Estamos vivendo uma epidemia de burnout e transtornos mentais no ambiente de trabalho, que têm consequências para a saúde e para as carreiras de profissionais - especialmente das mulheres - e custa caro às empresas. Em 2024, o Brasil teve o maior número de afastamentos por transtornos mentais em 10 anos. Foram 472 mil licenças concedidas, um aumento de aproximadamente 67% em relação ao ano anterior, segundo dados do Ministério de **Previdência Social**".

Ademais da saúde física ou mental, a saúde social está relacionada à qualidade das nossas conexões e interações com as pessoas. "A saúde social afeta o ambiente de trabalho e é fundamental para a produtividade, inovação e retenção de talentos", explica Renata Rivetti. "A conexão entre colegas não é um bônus, mas um fator importante para o sucesso organizacional."

Importante frisar que apenas o trabalho presencial não é suficiente. "O modelo presencial não garante a

conexão. É preciso intenção para mudar o cenário de distanciamento."

A especialista cita dicas práticas para fortalecer as conexões no ambiente profissional: "Pequenos momentos de interação diária, como pausas para o café, almoços em grupo ou check-ins semanais, fortalecem laços. Gestos simples, como perguntar sobre o dia de um colega ou reconhecer contribuições, podem fazer uma grande diferença. Reconhecer e valorizar publicamente o trabalho dos colegas impulsiona a motivação. Pequenos gestos, como um e-mail de agradecimento ou um elogio sincero, fortalecem os laços e contribuem para um ambiente mais positivo".

Dentro desta temática, as diferenças geracionais devem também dedicar atenção no ambiente de trabalho em prol da harmonia e produtividade, fortalecendo sinergias, intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Rivetti destaca estratégias para promover a conexão em escritórios e equipes multigeracionais:

Reverse Mentoring: colaboradores mais novos podem ensinar tecnologias e tendências aos mais experientes, enquanto estes podem ajudar no desenvolvimento de competências e carreira.

Criação de grupos de afinidade e programas de integração pode ajudar a eliminar barreiras entre faixas etárias.

Cultura de aprendizado, com treinamentos conjuntos para que todos se mantenham atualizados.

Por fim, fundamental sensibilidade, compreensão e implementação de ações e programas pela direção da empresa no sentido de priorizar a saúde mental de toda a equipe, o que, sem dúvida, refletirá no maior engajamento de todos e na produtividade da mesma.

Doutor em Direito pela UFMG e Analista Político

**Site:**

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1>

# Governo calcula valor de ressarcimento a aposentados e pensionistas

**Jéssica Sant"Ana**

O governo tem enfrentado dificuldades para mensurar o valor que deverá ser ressarcido aos aposentados e pensionistas lesados pelos descontos indevidos de associações e sindicatos. Enquanto a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), que serviu de apoio para a Operação "Sem Desconto", da Polícia Federal (PF), aponta para um impacto na casa de bilhões de reais, a auditoria feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fala em dezenas de milhões de reais.

Há a dificuldade porque o governo precisa identificar quais cadastros foram fraudados ou não autorizados e quais não. Ambas as auditorias trabalharam com amostragem, ou seja, não verificaram um por um a veracidade dos cerca de 6 milhões de segurados que têm o desconto em folha a título de mensalidade associativa.

A auditoria feita pela CGU entrevistou presencialmente 1.273 segurados nas 27 unidades da federação e constatou que, dentre esse universo, 97,6% deles não autorizaram os descontos, segundo os próprios aposentados. Já a auditoria do **INSS** analisou os pedidos de exclusão de descontos recebi-

dos entre janeiro de 2023 a maio de 2024. Destes, 90,78% indicaram a não autorização dos descontos associativos. Depois, o **INSS** selecionou uma amostra probabilística de 603 requerimentos e pediu as entidades o comprovante de filiação do aposentado. Dentro dessa amostra, o percentual de descontos não comprovados caiu para 54,56%.

Uma linha dentro do governo defende que haja um ressarcimento para o maior número possível de aposentados, para evitar posterior judicialização. Já outra linha defende que somente os segurados que foram realmente lesados sejam ressarcidos, mas esses técnicos reconhecem que é difícil fazer esse levantamento.

A ordem dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é que o trabalho seja concluído o quanto antes, para que o governo não fique com a imagem de ter sido o responsável por prejudicar os aposentados. Técnicos da CGU, da Advocacia-Geral da União (AGU) e do **INSS**, com o apoio da PF, estão fazendo reuniões

diárias desde segunda-feira para concluir esse trabalho.

Do ponto de vista orçamentário, a Fazenda tem defendido que o ressarcimento venha do Orçamento do próprio Ministério da **Previdência Social** (MPS) e

do **INSS**. Como não há esse espaço, a Fazenda tem pressionado para que a Previdência avance na agenda de revisão de gastos, de forma a conseguir acomodar a despesa que virá do ressarcimento dos aposentados e pensionistas lesados. Técnicos do MPS afirmam que não há como avançar na revisão além do já previsto na peça orçamentária.

Segundo apurou o Valor, ainda não há definição sobre o tema, e estão sobre a mesa a possibilidade de remanejamento de verba de outra área do governo ou até mesmo a edição de um crédito extraordinário, opção que, se adotada, fará com que a despesa fique fora das regras fiscais.

Também será necessário editar uma medida provisória (MP) ou enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional para dar segurança jurídica ao governo para cobrar dos sindicatos e associações que lesaram os aposentados. Nos bastidores, contudo, técnicos da equipe econômica admitem que esse trabalho será difícil, por isso não contam, por ora, que esse dinheiro.

Em entrevista à GloboNews na quarta-feira, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, afirmou que o governo vai realmente precisar de um "instrumento legal" para tratar do ressarcimento dos aposentados fraudados. "Os descontos de abril já vão ser ressarcidos [na folha de pagamento de maio]. Os demais [anteriores a abril até 2019] nós precisamos de um instrumento legal para fazê-lo", contou Hoffmann.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>

# Primeiro de Maio "momo" evidencia esvaziamento do movimento sindical

**Marta Watanabe e Alex Jorge Braga**

Em um 1 - de Maio marcado pela ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas celebrações e com movimento apenas "momo" nas atividades programadas pelas centrais sindicais, a análise de sociólogos, economistas e advogados ouvidos pelo Valor é de que o movimento sindical perde cada vez mais representatividade. A perda de espaço é afetada por tendência global de fragmentação do trabalho, sob influência de plataformas digitais, avanço do setor de serviços, da informalidade e de alterações das relações trabalhistas. Há componentes domésticos importantes, porém, apontam os especialistas, como questões previdenciárias e as alterações da reforma trabalhista de 2017, que possibilitou a terceirização da atividade-fim e eliminou a obrigatoriedade do chamado imposto sindical.

A representatividade da sindicalização tem caído no mundo todo, diz Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Isso acontece, diz, em contexto de mudanças no trabalho. "Há ampliação da informalidade, de contratos precários e da terceirização, que contribui também para redução do tamanho médio das empresas. Não há mais empresas com 20 mil, 30 mil trabalhadores." O processo de fragmentação, diz, juntamente com a alta rotatividade no Brasil, dificulta manter a sindicalização. "E temos também práticas antissindicais ainda presentes no mundo do trabalho."

Pelo padrão internacional, explica, os dados de sindicalização consideram todos os ocupados. Mas no Brasil, observa, os empregados com carteira de trabalho assinada são cerca de 60% dos ocupados. Ela ressalta a taxa é muito maior do que a da Europa, por exemplo, o que já é um desafio para a representatividade sindical.

Quando se consideram os sindicatos com assalariados, 77% fecham negociação coletiva, diz. Para Marcolino, o índice mostra que a atuação é importante, mas quando se olha o total de ocupados, o número é menor porque há o trabalhador avulso, informal, o servidor público, que não tem direito a essa negociação. De qualquer forma, diz, o movimento sindical tem o desafio de encontrar formas de

representar toda a classe que hoje vive do trabalho. E novos desafios surgem, diz, como a inovação tecnológica, com uso da Inteligência Artificial (IA) e a transição climática, temas que entram cada vez mais na negociação coletiva e no debate sindical.

Os sindicatos já atraíram muito mais gente e foram organizações com maior protagonismo e capacidade de mobilização, diz Olívia Pasqualetto, professora de Direito do Trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A perda de espaço, avalia, deve-se diversos fatores.

Muitos se decepcionaram com os sindicatos, porque nem todas as organizações são fortes e combativas, diz Pasqualetto. "Hoje muitas pessoas já não são mais empregadas. Há a discussão da pejetização, os trabalhos em plataforma digital. Nem todo mundo está representado pelo sindicalista."

"Há ampliação da informalidade, de contratos precários e da terceirização" Adriana Marcolino to. E existem também hoje vários movimentos que representam outras pautas, como de gênero e de raça. Não necessariamente esses temas são contemplados pelos sindicatos e há outras figuras no jogo."

Para a diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), An-dréia Galvão, a disseminação do discurso do empreendedorismo, que manifesta a ideia de que o Estado atrapalha a livre iniciativa, e de que as pessoas só precisam contar com seu esforço e mérito individual, também afeta a sindicalização. Isso, diz, dificulta a organização e a ação coletiva em defesa de direitos trabalhistas.

Galvão diz ainda que o cenário político atual também interfere. "O crescimento da extrema direita também é um fator que afasta os trabalhadores dos sindicatos, já que eles geralmente são ligados a valores identificados com a esquerda."

A reforma trabalhista de 2017, sob a gestão do ex-presidente Michel **Temer**, lembra Pasqualetto, incorporou algumas das transformações que eram praxe de mercado, ao validar a terceirização da atividade-fim, diz Pasqualetto. Ao mesmo tempo a reforma também provocou mudanças, ao criar a figura do trabalhador intermitente, ao flexibilizar o contrato de

trabalho e ao eliminar a obrigatoriedade da contribuição sindical.

Para o coordenador do Núcleo de Direito do Trabalho do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), Paulo Sérgio João, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical foi a demonstração "mais clara" da fragilidade da organização sindical brasileira, pois as instituições "não se aguentaram", e começaram a se incorporar.

Como sintoma do enfraquecimento dos sindicatos, diz João, está a ausência de Lula nas comemorações sindicais de primeiro de maio. O sindicalismo é o berço político do petista, que se tornou figura pública como líder do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na década de 1980. "Que esse Primeiro de Maio seja um momento de reflexão sobre o status quo do sindicalismo brasileiro. Precisamos analisar se essas organizações são necessárias ou se precisamos buscar alternativas."

Para Pasqualetto, "é uma pena" a decisão de Lula de não participar das comemorações presenciais de Primeiro de Maio. "Podem ter vários motivos para essa opção, mas fica uma sensação de falta de conexão com o próprio histórico, sobretudo num momento que o mundo do trabalho, de maneira geral, sofrendo muitas transformações."

Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), diz que o maior desafio do sindicalismo é justamente se adequar ao novo mundo, com participação cada vez maior de trabalhadores à distância, do trabalho híbrido, dos serviços via plataformas digitais.

"As novas relações de trabalho são um desafio porque não são mais guiadas pelo emprego." Houve, diz Barbosa Filho, claramente, a tentativa do governo de regulamentar as plataformas, de dar proteção social aos trabalhadores. Mas isso, avalia, foi rejeitado porque os trabalhadores não querem ser empregados. "É um novo mundo. Há um cara que não quer ser empregado. Contra quem ou com quem o sindicato vai travar negociações e o que eu vou ter que oferecer?" Para Barbosa Filho, a pergunta é se os sindicatos têm a percepção de que não é possível transformar o trabalhador de plataforma em empregado. Outra questão, diz, é se será preciso mudar o sistema de **seguridade social** para incluir esses trabalhadores. Isso, diz, pode envolver a mudança de pensamento dos sindicatos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>

# Jornada 6 x 1

Em cadeia de rádio e TV, Lula da Silva defendeu a jornada de trabalho 6 x 1. A ideia pode ser viável, vindo também com ela a mudança na forma de remuneração, passando o empregador a pagar o empregado por hora trabalhada, como fazem os americanos: trabalhou, ganhou; quer ficar em casa, fica, mas não ganha.

Paulo T. Juvenal Santos São Paulo Desvios no **INSS** Governo não, PF Lula defende redução de jornada 6 por 1 e fala que seu governo descobriu a fraude no **INSS** (Estadão, 30/4). Mentira. Quem desbaratou a quadrilha que comanda o **INSS** e que envolve companheiros de Lula não foi o governo, foi a Polícia Federal. É preciso enfatizar isso. Pelo andar da carruagem, Luiz Inácio se fará de morto e não cobrará nenhuma punição contra a companheirada que roubou os aposentados.

Maurilio Polizello Junior Ribeirão Preto Quem responderá?

A pergunta que não quer calar: mesmo que o governo faça o ressarcimento aos aposentados, como fica o dinheiro desviado para "associações" e "sindicatos"?

Quem vai responder pelo desvio, perante os cofres públicos?

Além dos dirigentes do **INSS**, que permitiram o furto, por que não os dirigentes de tais associações destinatárias do dinheiro?

José Guilherme Beccari São Paulo Setor elétrico Acordo Eletrobras-União Para aliviar a Eletrobras de ter de investir em Angra 3, conforme desejo dos acionistas minoritários, e possibilitar ao governo aparelhar seu conselho administrativo e fiscal, a assembleia de acionistas de 29/4 resolveu anular os dispositivos da lei da capitalização da empresa que disciplinava tais quesitos. Em outras palavras, é o que relatou matéria do Estadão em 30/4: Eletrobras aprova acordo com União e dividendos adicionais.

Para dar uma roupagem legal, a decisão segue ao Supremo Tribunal Federal (STF) para receber sua bênção. Uma vergonha! E quem defende os interesses do Estado, seu maior acionista, apesar da "privatização"? Já passou da hora de o Congresso, além de anular tais disfunções, aproveitar a oportunidade para deixar claro que o comando da empresa não é de agrupamentos de acionistas minoritários com interesses financeiros de curto prazo

nem de políticos, mas dos contribuintes.

A composição do conselho de administração da Eletrobras teria de representar os interesses do Estado, ou seja, com votos nas assembleias de acionistas que correspondam ao seu real peso no capital da companhia, e um conselho de administração escolhido na mesma proporção, com o Executivo indicando 1/3 dos seus membros. Os demais postos a completar a representação estatal seriam preenchidos por membros natos, definidos em lei. A racionalidade anda junto com a moralidade, só nossos políticos não veem isso.

Nilson Otávio de Oliveira São Paulo 8 de Janeiro Anistia não Em relação ao artigo de meu colega o advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira no Estadão de 30/4 (A4), sobre a inadequação da anistia para eliminar penas para os acusados do 8 de Janeiro, de fato ela é instituto jurídico que não se aplica ao caso. A anistia colima a pacificação nacional pelo perdão de crimes antes praticados em estado de beligerância civil ou transnacional, e não é o caso desta anistia mal propugnada no Congresso. Tem como pressuposto que exista o fato criminoso a ser perdoado. Logo, no caso atual, será reconhecer o crime de atentado ao Estado de Direito pelos condenados ou processados pela agressão às instituições nacionais, para depois perdoá-los, o que será institucionalizar a chaga da polarização. Por outro enfoque, o presidente da República pode mudar ou extinguir condenações criminais em geral, por indulto (dispensa de condenação em coletivo ou mudança de penas) ou graça (igual favor do presidente para condenações individuais). Da mesma forma, até no STF os condenados por esses ilícitos poderão postular revisão criminal para redução ou mudança de penas. Pior que isso, será possível projeto legislativo, para elaborar lei ex post factum, para mudar depois de praticados os crimes possíveis do 8 de Janeiro (seus antecedentes e sequelas), o tipo deles acontecidos para punir com menor rigor estes envolvidos com golpes de Estado e atentados ao Estado de Direito, como os até agora condenados ou denunciados. Isso será grave ruptura da eticidade e da moralidade do ordenamento jurídico.

Luiz Antonio Sampaio Gouveia São Paulo

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Distrital quer conceder título de cidadão honorário de Brasília a Trump - EIXO CAPITAL

**ANA MARIA CAMPOS**

O presidente Donald Trump, figura mundial de grande controvérsia, pode se tornar cidadão honorário de Brasília. A Câmara Legislativa vai analisar projeto de decreto legislativo apresentado pelo deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) com a proposta de concessão do título. Na justificativa, o neto do ex-governador do DF sustenta que Trump tem "destacada trajetória em defesa dos valores conservadores e, por conseguinte, em defesa da sociedade brasiliense, majoritariamente composta por cidadãos que acreditam nos valores conservadores da família e do cristianismo".

Voz do conservadorismo.

Do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, Joaquim Roriz Neto afirma que Donald Trump combateu a ideologia de gênero e defendeu os valores cristãos, comandando a maior democracia do planeta, sempre respeitando a liberdade de expressão. Ainda segundo o deputado distrital, Trump é a principal voz do conservadorismo de valores na política internacional. "Sua firme atuação em favor da família e dos valores cristãos, opondo-se fortemente à agenda woke, representa um baluarte para todos os que defendem esses valores", afirma Joaquim Roriz Neto, acrescentando acreditar que a maioria da população brasiliense comunga dos mesmos valores, como mostra a reeleição do governador Ibaneis Rocha (MDB) no primeiro turno, a eleição da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a da deputada Bia Kicis (PL-DF), com expressiva votação.

Mães e filhas.

As atrizes Guida Vianna e Silvia Buarque desembarcam em Brasília na semana seguinte ao Dia das Mães para, juntas, subirem ao palco em A menina escorrendo pelos olhos da mãe. Com texto inédito de Daniela Pereira de Carvalho (autora de Renato Russo, A hora do boi e Uma revolução dos Bichos, entre outros), a montagem teatral mergulha fundo em um tema universal e atemporal: a relação entre mães e filhas. A temporada na Caixa Cultural Brasília ocorre de 13 a 18 maio, e traz um recorte sobre a relação

entre três gerações de mulheres, atravessada por questões urgentes como a homofobia, as lutas históricas feministas e a construção de um novo lugar para a mulher na sociedade contemporânea.

Construção de uma aliança.

A base de apoio do governador Ibaneis Rocha (MDB) ganhou duas forças políticas nesta semana.

O PP, que se associou em federação ao União Brasil, e o PSDB, que agora é ligado ao Podemos. Todos esses partidos estarão na chapa em que Ibaneis concorrerá ao Senado e terá como candidata ao governo a hoje vice-governadora Celina Leão.

Outra legenda que deve compor a aliança é o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro. A frente é ampla e, para fechar, falta compor com o Republicanos e o PSD. A tendência é que estejam todos juntos.

Mas, em 2022, o PSD lançou candidato ao GDF e o Republicanos estava em outra chapa, com Damares Alves na disputa ao Senado.

À QUEIMA-ROUPA

MANOEL ARRUDA, PRESIDENTE REGIONAL DO UNIÃO BRASIL

"A polarização não responde mais aos anseios da população. Existe hoje um espaço político para uma candidatura de centro-direita que una firmeza nos valores com competência na gestão pública"

Qual é o impacto da federação entre União Brasil e o PP no Distrito Federal?

A federação entre o União Brasil e o Partido Progressista, que deu origem à União Progressista, representa hoje a maior força política do Brasil. No Distrito Federal, esse movimento fortalece ainda mais o campo do liberalismo econômico aliado ao conservadorismo nos costumes, com foco no desenvolvimento sustentável e no resgate da autonomia das famílias.

Trata-se de uma união programática e estratégica, que amplia a capacidade de diálogo com a sociedade e consolida um campo de oposição responsável e propositivo.

O PP tem pré-candidata ao GDF, a vicegovernadora Celina Leão. Como fica o União nesse projeto?

Em relação ao cenário local, anunciamos a constituição de um novo grupo político no Distrito Federal, que nasce com o objetivo de construir um projeto sólido e vitorioso para a cidade. A vice-governadora Celina Leão, com sua experiência e reconhecido trabalho, já se coloca como pré-candidata e será peça central nesse processo de diálogo e construção de unidade. Seu desempenho à frente do Executivo tem sido destacado e merece o devido reconhecimento.

As vagas de vice e suplente de senador estão sendo disputadas pelos partidos da base de apoio de Ibaneis. O União está no páreo?

Sem dúvida. O União Brasil, agora União Progressista, tem quadros qualificados e competitivos para ocupar qualquer espaço nas chapas majoritárias. Nosso objetivo é contribuir com a governabilidade, com equilíbrio e com representação efetiva da sociedade.

Estaremos no debate dessas definições com maturidade e protagonismo.

Uma candidatura majoritária do deputado distrital Eduardo Pedrosa, do seu partido, chegou a ser aventada. Com a federação, esse projeto fica enfraquecido?

O deputado distrital Eduardo Pedrosa, outro nome que surge com legitimidade, tem se notabilizado pelo compromisso com pautas fundamentais, como o apoio às pessoas com doenças raras e autismo. É um parlamentar atuante, respeitado, e que, naturalmente, pode ocupar espaço no debate sobre o futuro do Distrito Federal.

O senhor é suplente da senadora Damares Alves e uma candidatura dela ao Palácio do Buriti, em caso de vitória, poderia dar ao União Brasil um senador. O partido torce por uma candidatura dela ao GDF?

A senadora Damares Alves é uma das maiores expressões da direita brasileira, com mais de 714 mil votos no DF. Sua liderança é inquestionável, e uma eventual candidatura ao GDF seria extremamente competitiva. Entretanto, esse diálogo, caso ela tenha interesse, deve iniciar com o Partido Republicanos. E depois, com os demais grupos. Ao meu entender, candidatura não é projeto individual, é construção

coletiva.

Em âmbito nacional, qual é o impacto?

A federação representa a consolidação de um novo polo político no Brasil. O União Progressista passa a ser a maior bancada do Congresso Nacional, com presença decisiva em temas estruturantes, como **Reforma Tributária**, responsabilidade fiscal e segurança jurídica. É um novo tempo para a política brasileira, com um polo de centro-direita moderno, comprometido com resultados, livre iniciativa e responsabilidade social.

Acredita numa candidatura presidencial forte na oposição ao presidente Lula?

Sim. A polarização não responde mais aos anseios da população. Existe hoje um espaço político para uma candidatura de centro-direita que una firmeza nos valores com competência na gestão pública. O Brasil precisa de um projeto alternativo ao modelo atual - um projeto que combata o populismo e resgate a confiança nas instituições.

O União apoia as pretensões do governador Ronaldo Caiado de disputar a Presidência?

O governador Ronaldo Caiado é um nome natural nesse debate nacional. Tem mais de 40 anos de vida pública, é o governador mais bem avaliado do Brasil, com histórico de integridade e resultados concretos.

Se decidir colocar seu nome à disposição, terá o nosso respeito e o diálogo estará aberto.

O partido não tem dono, tem lideranças - e Caiado é uma delas.

Haverá, na sua opinião, a união dos partidos de direita e centro-direita em torno de um nome para se contrapor a Lula?

Acredito que sim. A política se faz com diálogo e convergência. O Brasil precisa de um projeto sólido, que una partidos do campo liberal, conservador e democrático, para oferecer uma alternativa viável e vitoriosa em 2026.

As conversas estão em curso e nossa federação será um agente ativo nesse processo.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/02/all.pdf>

# Não era uma voz, era um acalanto

*Por Julio Maria, para o Valor, de São Paulo*

Nana Caymmi, 84 anos, não resistiu às complicações de saúde contraídas desde que foi internada na Casa de Saúde São José, na zona Sul do Rio, há nove meses, para fazer ajustes em seu marcapasso. Ela havia sofrido uma arritmia cardíaca em julho e chegou a ficar em uma UTI coronariana do hospital. Recebeu alta no dia 12 de agosto, mas voltou a ser hospitalizada nove dias depois para fazer um cateterismo cardíaco.

Uma fala um tanto comum no meio musical dizia que Nana Caymmi era desafinada. "Nana caíndo", riam. Um riso curto, contido por uma reserva de respeito, mas um riso. Eles, os delatores que hoje podem estar chorando, não estavam errados. Nana tinha problemas para sustentar notas e manter-se no prumo dos sons organizados, mas seu canto não vinha da voz. E a fragilidade que poderia ser a ruína para outra cantora surgida naquele miolo de anos 1960, quando Elis subiu a régua da qualidade técnica a níveis inéditos, se tornou sua consagração. Ser desafinada é fácil. Difícil é, ainda o sendo, ser uma das cantoras brasileiras que mais emocionou seu país.

Havia tanto sentimento em Nana, tanta vida, que as percepções abertas por ela extrapolaram o território senso-rial do próprio canto. Vinha com ele não um som, mas um acalanto; não uma nota, mas uma despedida; não um vibrato, mas uma dor. Em vez da cantora, estava ali a mãe e uma mulher quase sempre devassada. Enquanto os ouvidos iniciados investigavam seus deslizos, muita gente sentia-se acolhida. Chega a parecer redutor chamá-la de intérprete. Nana não acessava sentimentos que intérpretes e atrizes acessam quando sobem a um palco para desligá-los ao descer. Ela apenas existia e, consigo, levava a sua vida. Uma senhora vida.

Nana Caymmi era filha de Dorival e de Stella Maris, irmã mais velha dos intérpretes, músicos e compositores Do-ri, 81 anos, e Danilo, 77. Ou seja, uma zebra. Apesar de a mãe ser cantora, o pai entendia que músicos deveriam ser seus filhos homens, não a única menina. Não foi fácil vencê-lo. Numa entrevista em 2019 para o jornal "O Estado de S. Paulo", Nana me disse algo sobre isso: "Minha bagagem era a mais difícil, se comparada com outras cantoras. Imagine que eu tinha de respeitar uma hierarquia dentro de casa, que era meu pai, Dori, Danilo e minha mãe, com um senso musical muito apurado". Dorival só aceitou mesmo depois de ouvir a

filha cantar em seu primeiro disco. "Quando descobri minha voz, aí foi mel na chupeta. As pessoas vão para meus shows já sabendo que eu irei lavar as suas almas."

A história começa fofa, com Nana, 19 anos, cantando em um LP do pai a faixa "Acalanto", em 1960, para a gravadora Odeon. Era a canção que Dorival havia feito para ninar sua pequena. Ela segue de mansinho, grava um compacto em 78 rotações com "Adeus" (de Dorival) e "Nossos Beijos" (de Hianto de Almeida e Macedo Norte) e assina um contrato com a TV Tupi para apresentar-se no programa "Sucessos Musicais", produzido por Fernando Confalonieri. Nana canta pelas beiradas até gravar, em 1963, seu primeiro disco chamado apenas "Nana". Os arranjos do pianista Oscar Castro Neves, contratado pela gravadora que irá lança-la, a Elenco, começam a mostrar que as graças da filha de Dorival começam a ficar sérias. E maior do que a dos irmãos.

Em 1966 ela vence o I Festival Internacional da Canção da TV Globo cantando a música Saveiros, de Dori e Nelson Motta, dainte de um Maracanãzinho lotado. "Dori me salvou a vida várias vezes, e uma delas foi me dando "Saveiros" para cantar nesse festival", disse ao pesquisador Zuza Homem de Mello, em entrevista para um programa do Canal Brasil. Nana falava de sua vida pessoal.

Cinco anos antes de subir ao palco daquele festival, em 1961, ela se casou com um médico venezuelano, Gilberto José Aponte Paoli, e teve com ele uma experiência da qual se arrependeria pela vida. Nana deixou o Brasil, se distanciou da música e foi morar em Caracas. Contava que foi traída muitas vezes e que sofreu profundas humilhações. Sem se adaptar na Venezuela, deixou o casamento e voltou ao Brasil com dois filhos pequenos e grávida do terceiro, batizado, não por acaso, João Gilberto. O pai Dorival ficou louco. Não queria uma filha mãe solteira cantando em festivais.

É por isso que Nana agradecia tanto a Dori. Ao surgir no palco do festival de 66, ela estava estraçalhada. "Meu pai não gostou de me ver voltar desquitada, com duas meninas e um bebê na barriga. Ele me rejeitou, ficou sem falar comigo por anos. Achava que lugar de mulher era ao lado do marido", contou Nana em entrevista de 2010 à revista "Quem". Grávida, sozinha, sem dinheiro e com o pai lhe passando descomposturas, cantou "Saveiros" com todas as forças e fraquezas que havia em seu interior.

Sua voz atravessou os jurados e ela, uma cantora que poucos conheciam, venceu as outras duas finalistas: Maysa cantando "Dia das Rosas" (Luiz Bonfá e Maria Helena Toledo) e Tuca defendendo "O Cavaleiro" (de Tuca e Geraldo Vandré). Quando foi anunciada como vitoriosa, as vaias explodiram no ginásio. Nelson Motta conta que, ali, a vaia foi inaugurada na música brasileira. Da redenção a um novo abismo, tudo acontecia rápido demais na vida de Nana. "Impossível esquecer a raiva legítima de Nana, sua vaia à vaia. Ali, ao lado dela, éramos moços atônitos diante da multidão. Hoje, isso me dá vontade de rir e traz a certeza que a vida corre para adiante e para cima", disse Motta.

O magnetismo de Nana incomodava Elis Regina, e isso pode ser considerado um mérito. Um pouco antes do episódio "Saveiros", Elis, ou a produção do programa "O Fino da Bossa", da TV Record, que a cantora gaúcha apresentava com Jair Rodrigues, convidou Nana para fazer uma participação especial. Ela pegou um avião no Rio e, já grávida, chegou a São Paulo para a gravação. Mas sentiu algo estranho. Elis não se aproximava e cochichava com seu empresário Marcos Lázaro e com pessoas da TV. O tempo foi passando e Nana terminou não sendo chamada para cantar. Anos depois, soube que Elis não estava desconfortável em dividir um palco com ela.

Em 1967, Nana começou a superar os traumas conjugais e se aproximou de Gilberto Gil, com quem namorou até 1969, quando Gil saiu em exílio para Londres. Ela ficou casada então com João Donato, entre 1972 e 1974, e teve um relacionamento com o compositor Claudio Nucci entre 1979 e 1984. Em entrevista de 2019, falou de outro de seus namorados, o compositor João Gilberto. "A gente chegou a namorar, mas foi bem rápido. Ele é muito chato. Agora então, deve estar insuportável."

Depois de vencer uma década sedimentando seu nome dentre as grandes intérpretes do país, com álbuns como "Renascer", de 1976, "Nana", de 1976, e "Atrás da Porta", de 1977, Nana expandia seu canto e via a produção de seus álbuns ser aprimorada. Em 1983, gravou o LP "Voz e Suor", com Cesar Camargo Mariano, e, em 1989, "Só Louco", com WagnerTiso. Foi neste ano que sentiu o golpe que dizia ser o mais doloroso de sua vida.

Seu filho João Gilberto cresceu e passou a sofrer com dependências alcoólica e química. Em 16 de dezembro de 1989, ele causou um grave acidente de moto no Rio de Janeiro. Com traumatismo craniano, ficou quatro meses em coma. Nunca mais voltou a ser o mesmo, sendo cuidado pela mãe. Locomovia-se em cadeira de rodas após sofrer com sérias perdas

cognitivas. Não eram raras as vezes em que Nana desabafava sobre o filho em suas entrevistas: "Ele estava sem capacete, tinha bebido, estava fumando maconha, como fuma até hoje. Aí, aconteceu o acidente. Ficou três meses internado, em coma, teve lesões na cabeça e, hoje, age como uma criança. Vou dormir às 2h da manhã para dar remédio para ele. Digo umas dez vezes por dia para ele tomar banho, umas 15 para escovar os dentes. Sou avó com filho recém-nascido", disse em 2009.

Grandes feitos fonográficos apareceram também na próxima década, como "Resposta ao Tempo", de 1998, e "Beijo Partido", de 1999. A era que chegava exigia cuidados com a fala, já que novos filtros eram **impostos** por agendas identitárias importantes. Nana, com um histórico de superação das atitudes machistas sofridas dentro de casa por pelo menos duas vezes, nem sempre dizia o que se esperava que ela dissesse. O fato é que ela só dizia o que queria dizer, e essa sinceridade passou a se tornar um perigo.

Em 2019, Nana deu uma entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo" defendendo o presidente eleito Jair Bolsonaro e atacando Chico Buarque, Gil e Caetano. "É injusto não dar a esse homem (Bolsonaro) um crédito de confiança. Um homem que estava f..., esfaqueado, correndo para fazer um ministério, sem noção da mutreta toda... Agora vêm dizer que os militares vão tomar conta? Isso é conversa de comunista. Gil, Caetano, Chico Buarque. Tudo chupador de p.. de Lula."

Na entrevista de 2019 ao "Estadão", ela comentou também sobre o álcool. Algumas pessoas diziam vê-la chegar para cantar alterada. "Sempre gostei de uma birita, mas tomei sempre socialmente, nunca cheguei bêbada, ninguém nunca me carregou. Enquanto as pessoas tomam cerveja, aquela merda quente, eu gosto é de uísque."

Sobre o fato de seus discos lançados no fim da década de 2010 trazerem uma voz mais afinada do que os anteriores, e da possibilidade de ela estar usando programas de afinação artificial, comentou: "Eu sou no peito e na raça. Usar uma máquina dessas seria como mandar outra mulher em meu lugar na lua de mel. Faço tudo e, na melhor hora, não sou eu quem está lá?". Nana, afinada, não seria Nana. Afições e consonâncias nunca combinaram com a sua vida.

"Minha bagagem era a mais difícil. Imagine que eu tinha de respeitar uma hierarquia dentro de casa"

Nana Caymmi

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1)

# Crédito à transição verde em revisão

A aliança criada há quatro anos pelos gigantes das finanças globais para enfrentar os desafios **impostos** pelas mudanças climáticas foi abandonada por 16 bancos desde o início de janeiro, entre eles os maiores dos Estados Unidos. Há duas semanas, a maioria dos 128 membros ainda no grupo aprovou uma nova orientação para seus associados.

Fundada com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), a Net Zero Banking Alliance afirmou que, a partir de agora, a prioridade dos bancos deverá ser apoiar as empresas na transição para uma economia verde, e disse que seus membros precisam ter mais flexibilidade para cumprir as metas que estabeleceram para descarbonizar suas carteiras de empréstimos até 2050.

"[Haverá] um foco renovado no engajamento setorial para dar suporte aos bancos membros para aprofundar relacionamentos com seus clientes e enfrentar as restrições ao crescimento verde, trabalhando com eles para promover políticas que estimulem os mercados e destravem oportunidades de investimento", disse o grupo no **comunicado** em que anunciou a nova fase.

A resolução reflete uma visão que tem ganhado força no mundo das finanças diante das dificuldades encontradas por muitas empresas para adotar práticas sustentáveis, dizem banqueiros, investidores e analistas ouvidos pelo Valor. Segundo essa visão, impor metas de descarbonização rígidas ou simplesmente negar crédito a poluidores e desmatadores inviabilizaria investimentos que podem contribuir para a transição, tornando-a ainda mais difícil.

"Precisamos criar incentivos para ajudar as empresas a fazer os investimentos necessários para a transição", diz a diretora de relações institucionais e sustentabilidade do Itaú Unibanco, Luciana Nicola. "Nossos clientes estão pressionados por tudo que tem acontecido, e restringir seu acesso a crédito não vai ajudar as empresas a se engajar nesse processo." O Itaú e o Bradesco são os únicos bancos brasileiros que participam da aliança patrocinada pela ONU.

Mudanças no cenário político global contribuíram para a inflexão. Os maiores bancos americanos - J.P. Morgan, Bank of America, Wells Fargo, Citi, Morgan Stanley e Goldman Sachs - deixaram a aliança climática poucos dias antes da posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ião logo assumiu,

Trump retirou os EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, cancelou programas de incentivo ao desenvolvimento de fontes de energia renováveis e anunciou estímulos à produção de petróleo e outros combustíveis fósseis.

Nos últimos anos, vários membros do grupo se tornaram alvo de ações na Justiça americana, movidas por Estados governados por aliados de Trump no Partido Republicano, que acusaram os bancos de promover um conluio ao estabelecer metas de descarbonização, em prejuízo de produtores de petróleo e outras indústrias poluidoras. Com a volta de Trump à Casa Branca e a expectativa de um recrudescimento dessas pressões, eles acharam mais prudente se recolher.

Na mesma época da debandada dos bancos americanos, a Black Rock, maior gestora de ativos do mundo, retirou-se da Net Zero Asset Managers, outra aliança criada com apoio da ONU para alinhar os interesses do setor financeiro com os desafios da agenda climática. O grupo anunciou em seguida a suspensão de suas atividades e uma revisão do trabalho feito até aqui.

A BlackRock também foi alvo de processos judiciais nos EUA e justificou sua decisão apontando os questionamentos que sofreu após se comprometer com a descarbonização dos investimentos de seus clientes. Nos últimos anos, a gestora reduziu em suas declarações públicas a ênfase que deu aos riscos climáticos quando aderiu à aliança apoiada pela ONU.

Ela também passou a se mostrar mais flexível. Em março, o presidente da BlackRock, Larry Fink, disse que as fontes renováveis têm sido insuficientes para atender à crescente demanda por energia e defendeu a remoção de barreiras impostas a alternativas como a nuclear. "Precisamos de pragmatismo energético", escreveu ele em sua carta anual aos investidores.

Pelo segundo ano seguido, Fink evitou menções a riscos climáticos e outras preocupações ambientais no documento. Com US\$ 11,6 trilhões sob sua gestão no fim do ano passado, a BlackRock tinha US\$ 138 bilhões investidos em estratégias de transição energética de seus clientes e US\$ 300 bilhões em petroleiras e outras empresas tradicionais do setor de energia.

Os bancos que se uniram para formar a aliança patrocinada pela ONU se comprometeram a

estabelecer metas para redução de emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa nas empresas que financiam, alinhando-se com os objetivos definidos pelo Acordo de Paris para conter o aquecimento do planeta e evitar os efeitos mais desastrosos das mudanças no clima.

As diretrizes originais do grupo pre-viam atenção especial para produtores de petróleo, gás e carvão e outros setores críticos que são grandes consumidores de energia de origem fóssil, como as indústrias de aço, alumínio e cimento. Com a mudança de orientação aprovada há duas semanas, porém, o estabelecimento de metas de descarbonização para esses setores deixou de ser obrigatório para os sócios do grupo e passou a ser uma mera recomendação.

Os dois bancos brasileiros que participam da aliança se comprometeram com metas para investimentos sustentáveis e redução das emissões nas operações que financiam. O Itaú pretende alcançar R\$ 1 trilhão em financiamentos para atividades sustentáveis até 2030 e estabeleceu metas para nove setores. O Bradesco espera atingir R\$ 320 bilhões em crédito para projetos verdes até o fim do ano e tem metas de descarbonização para seis setores.

Normas adotadas pelo Banco Central em 2021 exigem que os bancos brasileiros incorporem a questão climática a seus modelos de avaliação de riscos e à análise das operações de crédito, além de monitorar as emissões de seus clientes. Isso significa que, mesmo se Itaú e Bradesco imitassem seus concorrentes americanos e deixassem a aliança climática, eles continuariam obrigados a tratar com seriedade as preocupações ambientais na condução de seus negócios.

Os efeitos do recuo dos bancos ainda são incertos. Em tese, uma tolerância maior com os riscos climáticos e uma descarbonização mais lenta podem reduzir os incentivos para que as empresas se modernizem, o que poderia aumentar no longo prazo os riscos de eventos catastróficos como as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios na Califórnia. Mas tudo depende das decisões que serão tomadas pelas instituições a partir de agora.

"Os bancos que abandonaram o grupo não deixaram de monitorar riscos em suas carteiras e reportar as emissões dos clientes, mas temos que esperar para saber se continuarão no baile", afirma Annelise Vendramini, pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "O setor financeiro vai atrás do que seus clientes querem, e é preciso que a economia como um todo se envolva com a transição para que eles também o façam."

Para o economista Winston Fritsch, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e hoje consultor, o tumulto criado por Trump desde sua volta ao poder tende a ampliar incertezas no cenário internacional, pondo freio nos investimentos em projetos sustentáveis. "Vivemos num mundo de juros altos desde que saímos da pandemia de covid e isso torna os investidores míopes", diz Fritsch. "Os investimentos necessários para a transição energética exigem visão de longo prazo e menor aversão a risco, o que é muito difícil de encontrar hoje."

O financiamento dessas ações é um dos assuntos que estarão no centro dos debates da CÔP30, a próxima conferência anual dos participantes das negociações internacionais sobre o clima, que será realizada em Belém (PA), em novembro. Na reunião do ano passado, os países ricos prometeram destinar US\$ 300 bilhões por ano a nações em desenvolvimento, somando recursos mobilizados por governos e bancos multilaterais, mas indicaram que seria necessário obter com outras fontes mais US\$ 1 trilhão por ano, objetivo que deveria ser atingido até 2035.

Projeções feitas pelo grupo de especialistas acadêmicos que assessora os negociadores sugerem que esse dinheiro seria suficiente para suprir um terço das necessidades dos países em desenvolvimento, que seriam capazes de gerar fundos equivalentes a US\$ 1,9 trilhão domesticamente. Como muitos desses países, entre eles o Brasil, ficaram mais endividados nos últimos anos, dúvidas sobre sua capacidade de levantar o dinheiro também cresceram.

Para o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, sócio da Gávea Investimentos, as ações do governo Trump tendem a prejudicar o diálogo entre governos e instituições multilaterais nas discussões sobre o clima, essenciais para destravar investimentos.

"Muita coisa nessa área depende de negociação, e agora ficará bem mais difícil coordenar os interesses em jogo", afirma Fraga, sócio também da Regreen, que investe no re-florestamento de áreas degradadas.

A agência de classificação de risco Mooly's prevê que bancos e empresas captarão no mercado neste ano US\$ 1 trilhão com bônus verdes e outros títulos de dívida com taxas de juros associadas ao desempenho das empresas no cumprimento de metas ambientais, de impacto social e governança, os três princípios representados em inglês pela sigla ESG. O valor é equivalente ao volume captado no mercado com esses instrumentos nos últimos anos.

O Brasil tem conseguido capturar uma fração modesta, mas não desprezível, desses recursos. De

acordo com a consultoria ERM Nint, que monitora o mercado de dívida ESG, emissores brasileiros conseguiram R\$ 104 bilhões com papéis desse tipo no ano passado. Foi o melhor resultado alcançado pelo país desde que esse mercado começou a se desenvolver, mas ele dificilmente se repetirá neste ano, segundo Gustavo Pimentel, sócio fundador da consultoria.

"Quase metade dos recursos captados por emissores brasileiros nesse mercado no ano passado veio de investidores internacionais, cujo apetite tende a diminuir num ambiente tão cheio de incertezas como o que temos hoje", afirma Pimentel. Ele prevê que as captações com títulos de dívida ESG emitidos pelo país alcancem no máximo R\$ 70 bilhões neste ano.

Iniciativas do governo poderão compensar a retração do capital estrangeiro e dar algum impulso a novos investimentos. No fim do ano passado, o primeiro leilão realizado pelo programa Eco Invest contemplou nove bancos com recursos públicos para alavancar o financiamento de projetos verdes. O Tesouro entrará com R\$ 6,8 bilhões, e os bancos terão que buscar outros R\$ 37,6 bilhões no mercado para os investimentos de seus clientes. As instituições contempladas terão 18 meses para levantar o dinheiro e contratar as operações.

O Brasil oferece vantagens para o desenvolvimento de projetos sustentáveis porque tem matriz energética mais limpa que a de outros países, com 80% da eletricidade fornecida por usinas hidrelétricas e outras fontes renováveis. Mas seu custo de capital é elevado, maior do que em lugares como a Índia e o México. A expectativa do governo é que iniciativas como o Eco Invest diminuam esse custo e aumentem a capacidade do Brasil de atrair investimentos.

Há quem veja com otimismo as possibilidades para o país, mesmo na atual conjuntura adversa. "Com os EUA fora da mesa e a Europa absorvida por preocupações com sua segurança, o financiamento das ações climáticas deverá contar mais com o capital privado do que com os governos", diz José Pugas, sócio responsável pela área de sustentabilidade da gestora JGP. "Isso pode gerar oportunidades para o Brasil, valorizando os nossos ativos."

No ano passado, a JGP uniu-se à BB Asset, do Banco do Brasil, para criar a Régia Capital, especializada na gestão de investimentos sustentáveis. A empresa começou com R\$ 1 bilhão na carteira e captou mais R\$ 7 bilhões até agora, segundo Pugas. A previsão é que os ativos sob gestão da Régia alcancem R\$ 15 bilhões no fim deste ano. Quando a nova empresa foi lançada no ano passado, a previsão era que sua carteira teria R\$ 20 bilhões a essa altura.

"A guerra tarifária iniciada pelos EUA e a perspectiva de que a economia global volte a enfrentar uma recessão deixam tudo meio de lado agora", observa Luzia Hirata, líder da área de sustentabilidade da gestora de investimentos do banco espanhol Santander no Brasil. "Depois que atravessarmos essa fase, saberemos quais empresas realmente incorporaram a questão climática a uma visão estratégica de longo prazo e quem apenas tinha surfado a onda em busca de oportunidades."

Os fundos de investimento classificados como sustentáveis pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) têm hoje um patrimônio de R\$ 38 bilhões. Eles representam uma fração minúscula da indústria de fundos no Brasil, com menos de 1% do total de ativos, mas registraram captação líquida de R\$ 9,3 bilhões no ano passado. Foi o melhor desempenho desses fundos desde a adoção das normas de classificação da Anbima, em 2021.

"O crescimento desses fundos é um bom sinal, por mostrar que há investidores interessados nesse nicho", diz Carlos Takahashi, vice-presidente da Anbima e chairman do conselho de administração da Blackrock no Brasil. "Muita gente acha que os resultados financeiros são insatisfatórios, mas o impacto das mudanças climáticas sobre os negócios não pode ser negligenciado, e esse risco também afeta os resultados financeiros de todos."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>**

## A Amazônia é o limite

Bioeconomia Conceito em disputa, é nome novo para o que existe desde sempre na floresta e pode transformar velhas formas de viver. Por Daniela Chiaretti, de Belém

Pau-rosa é uma árvore bonita e elegante. Nativa da Amazônia, atinge 30 metros de altura. Toda ela é perfumada. Produz um óleo tão particular que, por décadas, foi um dos ingredientes do Chanel N-5, o mais famoso da casa francesa e o preferido de Marilyn Monroe. O pau-rosa era encontrado por toda a região, mas ser tão especial foi quase uma sentença de morte. Bioeconomia é um nome novo para o que existe desde sempre na Amazônia - e a exploração do pau-rosa é o resultado de como tratar de modo abusivo algo de muito potencial. O conceito tem qualificação para dar rosto à economia da Amazônia e preservá-la, desde que se respeitem fronteiras e conhecimentos locais. Na bioeconomia, a biodiversidade limita a escala e a floresta é soberana, não o mercado.

Bioeconomia, já se sabe, é um conceito em disputa. Para os pesquisadores da Amazônia, nem novo é - é a economia praticada há séculos por seringueiros, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais. São atividades ancestrais, aderentes ao bioma e invisíveis na contabilidade nacional. "Tem gente que diz "vamos implementar a bioeconomia na Amazônia". Como assim? É o que se faz aqui há séculos", ironiza o economista Francisco de Assis Costa, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônia, o NAEA, da Universidade Federal do Pará. Para o climatologista Carlos Nobre, trata-se de "uma economia de floresta em pé e rios fluindo". O agronegócio, por seu turno, tem um conceito elástico do termo e acredita que o setor está inserido nesta moldura onde "bio" se relaciona com frangos e porcos, soja e cana, bois e eucaliptos.

O conceito é ambivalente no mundo. O exemplo da Finlândia é uma história de sucesso a partir de abetos e pinheiros naturais e plantados, e biomassa para substituição de combustíveis fósseis -, mas a Finlândia não tem a maior floresta tropical do mundo. "Bioeconomia é uma economia de "terroir" que dá valor ao que é específico e único. A economia de bioma, nova e sofisticada, tem que ser apoiada pela conotação de distinção", defende Costa. "Desde o início é uma economia que lida com a diversidade. Não tem o mesmo paradigma da bioeconomia da agricultura, que é pa-dronizada", compara.

Acastanha-do-Brasil é um dos símbolos do extrativismo florestal não madeireiro na Amazônia. Não é produzida em outro lugar. Não existem plantações. Praticamente toda castanha consumida no Brasil e no mundo vem da floresta nativa, "coletada de árvores centenárias ou milenares, muitas possivelmente plantadas por indígenas que habitavam a região antes da chegada de Pedro Álvares Cabral", escreveu em um artigo Saio Coslovski, pesquisador do Amazônia 2030 e professor da Universidade de Nova York. Ele estima que o comércio exterior de castanhas movimentou US\$ 350 milhões anuais. É a Bolívia quem lidera, com 74% do mercado, seguida pelo Peru. O Brasil, em terceiro, tem 11%.

O cacau, outro símbolo da bioeconomia, tem forte produção no Pará - 950 quilos por hectare. Em estudo sobre produtos compatíveis com a floresta, Coslovski listou 64 exportados da Amazônia entre 2017 e 2019. Peixes, frutas, pimentas tinham só 0,17% do mercado mundial de US\$ 176 bilhões anuais. Ou seja, espaço para crescer e preservar.

Estudo recente do World Resources Institute, o WRI, mostra que o Pará pode ser o epicentro da bioeconomia na Amazônia. O PIB paraense pode aumentar em R\$ 816 milhões, elevar em R\$ 44 milhões a arrecadação fiscal e gerar 6,6 mil empregos. Isso desde que existam investimentos de R\$ 720 milhões em 13 cadeias da bioeconomia - do açaí à castanha, da borracha ao mel de abelhas nativas, do cupuaçu à andiroba, do babaçu ao buriti, do cacau à copaíba. Foi Costa o "Chiquito", como é conhecido dentro e fora da Amazônia - quem desenvolveu técnicas de mensuração dessa economia. "Querida torná-la visível", diz.

Entre os nove Estados amazônicos, 75% do que é produzido em bioeconomia vem do Pará. "A bioeconomia é uma estratégia de desenvolvimento baseada no uso sustentável dos recursos naturais, valorizando a floresta em pé e promovendo cadeias produtivas ligadas à sociobiodiversidade", diz o estudo. Rafael Feltran-Barbieri, economista sênior do WRI Brasil, faz um alerta importante: "Querido que a bioeconomia seja um setor imenso, como é o da soja ou da pecuária, é uma contradição nos próprios termos. Se se começa a introduzir monoculturas de produtos da biodiversidade, não se está mais promovendo a bioeconomia, mas promovendo uma nova monocultura, baseada em produtos da biodiversidade", diz. "A bioeconomia não será gigante, mas tem a capacidade de fazer o que outras cadeias

não fazem: incluir os mais vulneráveis, que conhecem a região e protegem a floresta."

O sinal vermelho apontado por Barbieri remete ao desastre do pau-rosa. A exploração começou na década de 1920 e menos de 40 anos depois seu óleo chegou a ser o terceiro produto na pauta de exportações da Amazônia, só atrás da borracha e da castanha. Mas, para produzir 10 litros de óleo, uma árvore de quase uma tonelada precisava vir ao chão, o tronco ser moído e o resultado, destilado. O pau-rosa foi tão derrubado que em 1992 entrou para a lista de espécies ameaçadas do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, e incluído em listas similares na Colômbia e no Suriname. No fim dos anos 1990, ecologistas franceses iniciaram um boicote aos produtos da Chanel, por conta da extração predatória da árvore. A pressão provocou uma revisão das possibilidades de manejo sustentável do pau-rosa e estudos alternativos para a extração do óleo.

O desastre aconteceu no Amazonas, mas o Pará também tem sua famosa história de fracasso em afrontar a floresta. Nas margens do Tapajós, entre Santarém e Itaituba, a "selva" deu um chega-para-lá às ambições de Henry Ford no início do século XX. O pioneiro da indústria automobilística queria erguer um megaprojeto para produzir látex. A ideia era formidável: uma cidade construída para os funcionários com casas, hospital, hotel, piscina, playground e, dizem, até um campo de golfe. Tudo em plena Amazônia.

Os motivos para não ter dado certo são variados e complexos - malária, preço do látex, febre amarela, invenção da borracha sintética. Mas a iniciativa de abrigar uma plantação extensiva de seringueiras somada à arrogância de que técnica e ciência bastariam para conquistar os humores da floresta tropical foram fatais. Plantadas próximas umas às outras, no estilo ordenado das monoculturas, as árvores foram vítimas de uma praga. Sem biodiversidade ao redor para protegê-la da peste, a plantação foi a pique. Fundada em 1928, a Fordlândia durou 18 anos e virou cidade-de-fantasma, enterrando um sonho de US\$ 250 milhões em valores atuais.

Desenvolver a Amazônia como São Paulo ou o Centro-Oeste não dará certo. Na floresta as formas de produção são baseadas em um paradigma diferente - padronização e escala, por exemplo, não funcionam do mesmo jeito por lá. A lógica de alimentação da capacidade produtiva está associada à diversidade. E o que Costa chama de economia bioecológica: "Uma bioeconomia associada a uma ecologia necessária". Parece uma expressão que se repete, mas não é. "Aqui os problemas não se resolvem mecanizando ou

homogeneizando mais."

O economista Danilo Araújo Fernandes pertence à tradição de intelectuais belenenses que vivem e estudam as dinâmicas da floresta. Professor da UFPA e pesquisador do Naea, ele volta atrás no tempo para explicar o porquê de o PIB nacional não captar a economia real da Amazônia, que envolve milhares de pessoas, mas não é muito monetizada.

No Pará, ao contrário do que ocorreu no Acre e no Amazonas em fases posteriores do ciclo da borracha, não havia grandes seringais. "Unha as comunidades ribeirinhas que hoje produzem açaí. Só mudou o produto", conta. "Toda a economia dessa região é a origem de uma bioeconomia ancestral de populações tradicionais que produzem os mais variados produtos da biodiversidade, a borracha, a castanha, o açaí, o cacau."

É nessa época que surgem os "rega-tões", grandes embarcações comerciais que saíam distribuindo produtos, levando de um lugar ao outro, fazendo permutas. A economia na Amazônia surge assim, com fortes relações de troca. "Mas cria-se uma estrutura poderosa e muito eficiente, que consegue comercializar em uma região de rios longos e distâncias gigantes, e com estratégias para financiar a colocação de produtos no mercado", explica Fernandes.

O financiamento dessa arquitetura seguia a lógica do aviamento, famosa no ciclo da borracha. "Veja como era a estrutura dos seringais: havia os seringueiros e havia o barracão, que fornecia a eles todas as ferramentas e o que mais precisavam, e os seringueiros trocavam por borracha", conta. "Esse sistema é visto com muitas ressalvas na literatura, claro, entendido como uma forma de escravidão. O que quero dizer é que havia uma contabilidade, mas sem dinheiro. Isso se transformou em uma economia invisível. As pessoas não tinham renda e não compravam produtos. Muito diferente do café em São Paulo, que se desenvolveu, depois do fim do escravismo, com trabalhadores que recebiam salários e compravam produtos. E ali se gera uma economia industrial."

Belém viveu um período de grande prosperidade no fim do século XIX e início do século XX. O belo Teatro da Paz é de 1870, muito antes do auge do ciclo da borracha no Amazonas e no Acre. Os capitalistas paraenses são memória de uma opulência. "No boom da borracha do Amazonas e do Acre, os grandes se-ringalistas trouxeram migrantes do Nordeste para trabalhar como seringueiros. Aqui, não." A região de Belém, com mais de 40 ilhas, era populosa. Viviam ali famílias extrativistas que

forneceram borracha naquele primeiro ciclo, quando Belém enriqueceu. "Essa mesma estrutura criou a elite mercantil e os regatões, que chegavam nas comunidades com artigos de Belém e trocavam pelos produtos dos ribeirinhos. Esse sistema criou o intermediário, que até hoje tem uma função. O açaí, por exemplo, depende disso", explica Fernandes. "Essas estruturas são antigas e aderentes ao bioma. Tem a grande dificuldade de não gerar renda na ponta; por outro lado, fazem essa economia funcionar."

É assim que se desemboca na bioeconomia atual, na visão do pesquisador, com gargalos e desigualdades profundas, mas eficiência para operar em uma região complexa. "Essa economia milenar não existiria se não fosse assim. Precisamos da história para entender a estrutura econômica que hoje chamamos de bioeconomia da socio-biodiversidade ou bioeconomia bioecológica", diz. Os sistemas agroflorestais são parte dela - as comunidades aprenderam a produzir manejando a diversidade que a floresta oferece.

A 100 quilômetros de Belém e pouco mais de uma hora de barco pelo rio Gua-má, fica a comunidade de Santa Maria, no município de Acará. Ali, em um terreno com palmeiras de açaí e bacuris, está a unidade demonstrativa de meliponicultura do Instituto Peabiru, um espaço com 600 colmeias de abelhas sem ferrão. São nativas da Amazônia. "Na unidade não produzimos mel, é mais para reprodução. Daqui saem as abelhas para os projetos", explica Cleiton José Oliveira Santos, o técnico responsável pelo manejo das abelhas, trajetória que iniciou há 19 anos. "Comecei e não parei. Hoje meu sustento é pelas abelhas."

Cada colmeia tem umas 3 mil abelhas e produz entre três e quatro quilos de mel. "Elas estão entre as principais polinizadoras das nossas florestas. Sem abelhas, não existe floresta em pé", diz. Os projetos distribuem 30 colmeias por família. Só no Acará são 40 produtores.

Foi a mãe de Cleiton quem sugeriu que a base de sustentação das colmeias fosse um cano de PVC. "Ela viu que, com um ano, os cavaletes de madeira quebravam, as colmeias iam para o chão e precisava reconstruir tudo. O cano de PVC não apodrece", conta o técnico. A tecnologia social inclui uma esponja com óleo queimado na base, para espantar formigas e cupins. "Sem essa espuma de colchão velho molhada no óleo queimado, provavelmente todos esses ninhos teriam sido dizimados", diz Manoel Potiguar, gerente de projetos do Peabiru. O cano de PVC fica escorregadio com o óleo e impede que bichos maiores, como

quatis e taman-cluás-de-colete, roubem o mel. "Essa tecnologia vem de uma construção coletiva de pesquisadores da Embrapa, das nossas experiências no Peabiru, de pessoas como a mãe do Cleiton. Vamos criando um modelo", diz Potiguar.

Os últimos dois anos foram atípicos na região, com altas temperaturas. A floração do urucum e do ingá não veio no tempo certo e quando veio, foi escassa. "Teve lugar em que esperávamos coletar mel, mas não conseguimos porque as abelhas consumiram sua própria reserva", diz Potiguar. Improvisou-se uma adaptação ao impacto da mudança do clima - uma garrafinha acoplada às colmeias com água e açúcar, para alimentar as abelhas quando não há flores. "O processo traz novidades, mas a lida com o mel e com essas abelhas é muito antiga", reconhece Potiguar.

Em abril foi iniciada uma nova frente do projeto, o Mulheres Amigas das Abelhas, que instalará 400 colmeias em comunidades ribeirinhas, buscando segurança alimentar, sustentabilidade e fortalecimento social de lideranças femininas. "Vamos colocar caixas de abelhas em comunidades de mulheres nas ilhas Cio Combu e Cotejuba", adianta Luciana Kellen, gerente de comunicação e engajamento do Peabiru e da equipe que levou a reportagem a conhecer atividades de bioeconomia no território. "Dar perspectiva de gênero ao projeto é reconhecer que, aqui neste entorno, as mulheres são grandes lideranças e cuidam desses espaços", diz Luciana. "Elas produzem cacau, andiroba e muitos outros frutos. Ter uma caixa de abelhas faz todo sentido e é mais uma fonte de renda."

A grande economia extra vista do Pará hoje é o açaí. Potiguar explica a função ecológica das abelhas sem ferrão: "O açaí gera divisas enormes para o Pará, tem uma cadeia de valor estruturada. Mas, sem abelha, não tem açaí, porque depende de polinização. E só as abelhas nativas conseguem fazer a polinização do açazeiro, porque sua flor é muito pequena. À medida que as pessoas retiram toda a floresta em volta do açazeiro, as palmeiras correm risco de baixar drasticamente a produção. O principal agente polinizador, que são essas abelhas, depende de troncos secos na natureza para poder criar a colmeia", explica.

"Na Amazônia existem 185 espécies conhecidas de abelhas e entre 30 e 50 em classificação pela ciência. As abelhas nativas estão aqui há 4 milhões de anos. Uma floresta saudável tem entre 30 e 50 espécies de abelhas sem ferrão. Um pasto ou uma área degradada não tem nenhuma, talvez uma", descreve João Meirelles, diretor-geral e CEO do Peabiru. "Cerca de 80% do valor do açaí é a polinização. Esse serviço é pago? Não. Acharmos que isso é criado, como a água. Estamos aprendendo o que é a meliponicultura, que

foi inventada há 50 anos. Quando trabalhamos no Oiapoque, os indígenas diziam que as abelhas aumentaram a produção de banana. É isso o que queríamos: promover segurança alimentar e uma renda complementar."

Algumas dezenas de quilômetros adiante, na comunidade quilombola Guajará Mirim, vivem 200 famílias em cinco povoados. Produzem castanhas, murumuru, uxi, açaí, cacau, mel. "Acompanho clescle pequeno a vida no campo. Meu pai era extrativista de matérias-primas da natureza e comercializava em Belém. Na época era muito diferente. Éramos o maior produtor de uxi, uma frutinha cloce. A gente vendia uma faixa de 30 milheiros de uxi por semana. Meu pai levava para a feira do Ver-o-peso, chegou a ir a remo. Agora existem embarcações e tem o através-sador, que vem buscar na porta", conta Carlos Teles, um dos produtores locais.

Também ali o principal produto é o açaí. Dizem que produzem o açaí mais valorizado, o "açaí da hora", que é colhido e chega rápido a mercados como Ver-o-peso, um dos mais antigos do país e uma das maravilhas do Pará. "Quando você colhe o açaí, tem que consumir logo ou levar para Belém. É o açaí da hora. Depois não vai ser o mesmo e vai até perder valor", diz Teles. "Todas as vilas aqui têm açaí, mas em muitas é somente para o consumo da família. Colher é serviço arriscado, a árvore pode quebrar ou a gente sofrer um acidente com uma cobra, mas todo serviço tem riscos. O retorno do açaí é rápido. Posso sair às 6h para o mato e 8h30 já estou em casa." O agricultor familiar diz que vende o açaí na própria comunidade ou entrega ao atravessador, que vem buscar e já leva para Belém. "Se vender aqui vou me basear no preço que deu em Belém naquele dia. Pode ter dado R\$ 300 ou R\$ 400 uma basqueta dessas, de 18 quilos. Em 2024, na entressafra, uma saca de açaí de 60 quilos chegou a dar R\$ 1 mil", diz.

Em comunidades próximas a Belém, o atravessador não tem muito poder. "Mas em comunidades bem isoladas, como no interior do Marajó, o cara impõe o preço dele. O produtor se sujeita ou perde o que colheu", conta Potiguar. "É isso mesmo: a cadeia de valor do açaí aqui da região é muito diferente da cadeia de açaí do Marajó", concorda Teles.

Na COP30, a conferência sobre mudança climática que Belém abrigará em novembro, a bioeconomia sairá dos territórios para, quem sabe, ganhar nova dimensão. No Porto Futuro 2, o governo reserva espaços para colocá-la em evidência nos negócios e no futuro. "Um dos espaços será dedicado tanto a negócios comunitários como a startups, criando o ambiente para que se possa inovar tanto com tecnologias sociais como com ciência e em

desenvolvimento, buscando alavancar os diversos segmentos da bioeconomia do Estado", diz Camille Bemerguy, secretária adjunta de bioeconomia do Estado do Pará.

Joelson Conceição da Cunha vive próximo a Carlos Teles e também é produtor de açaí. Trabalha muitas vezes com o sobrinho Anderson Galiza da Cunha coletando e deixando as "rasas" - cestos e paneiros usados para vender a fruta - no trapiche simples perto do rio. Alguém vem buscar ou leva ele mesmo ao mercado.

Faz questão de falar que lá na comunidade não trabalham só com o açaí: "Levamos cupuaçu, bacaba, pupunha, uxi, piquiá e outro tanto de frutas amazônicas". No caminho pela estrada de terra até o pequeno porto, Joelson vai apontando aos neófitos em floresta o cardápio da economia bioecológica da Amazônia. "A nossa floresta amazônica é rica. Esse é o cacau, uma caixa dessas com 60 unidades vale R\$ 70 ou R\$ 80. Mas o importante para quem cultiva o açaí nativo é que, ao mesmo tempo, temos o taperebá, a andiroba, o murumuru. Aquele outro ali é o cupuí, parente do cacau, mas menor. Quem se alimenta dele: nós humanos, os morcegos, o quati, quem? "Quati, quem? "Quati, o famoso esquilo da Amazônia." Ah, tá.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>

# Microcosmo das mudanças sociais

Em uma rua de Ermelino Matarazzo, no extremo leste de São Paulo, dezenas de cadeiras enfileiradas acomodam fiéis e bloqueiam a passagem de carros toda segunda-feira à noite. Um tambor de metal serve de púlpito, e roupas coloridas no varal de uma casa compõem o altar improvisado. Caixas de som nas calçadas avisam que o culto evangélico liderado pelo pastor Rafael Florêncio da Silva começou, em frente ao salão de cabeleireiro onde ele atende clientes durante o dia, na garagem de casa. A palavra de Deus e cantos de louvor são transmitidos ao vivo pelo Instagram da Missão Resgatar, denominação cnacla pelo evangélico.

O pastor e cabeleireiro diz ter saído da "vida marginal" do tráfico depois de perder dois irmãos, um assassinado por uma facção criminosa e o outro, por traficantes. Com a camiseta da Missão Resgatar, diz que sua conversão foi feita por missionários evangélicos. Depois de frequentar igrejas, criou a sua, descontente com regras de outras denominações. Seu objetivo, diz, é ajudar especialmente os marginalizados. Aos 40 anos, Rafael estuda para concluir o ensino médio e dá atenção especial a quem não sabe ler. O pastor distribui cestas básicas e articula um projeto social para oferecer esporte e formação cristã, e para ampliar a comunicação, no YouTube e com um podcast. "A igreja tem que trabalhar as partes religiosa, social e cultural." O evangélico diz enfrentar a concorrência de outros pastores até para definir dias de culto.

Ermelino Matarazzo, onde mora Rafael, é um termômetro eleitoral da cidade de São Paulo e um microcosmo das mudanças registradas no Brasil nos últimos anos. Há quase três décadas, o distrito eleitoral reflete o resultado das urnas da capital e do país: no segundo turno, o candidato que ganhou nas disputas para prefeito e para presidente foi o mesmo que venceu na zona eleitoral n-326. Uma exceção: em 2014, Aécio Neves (PSDB) venceu Dilma Rousseff (PT) no distrito, mas a presidente foi reeleita no país. Ao longo das 14 eleições desse período, o bairro reproduziu as oscilações entre esquerda e direita do Brasil.

O crescimento dos evangélicos e a pulverização de denominações religiosas em Ermelino Matarazzo - como a criada pelo pastor Rafael - são uma transformação visível em bairros periféricos de todo o país. Neles também se registram mudanças no mercado de trabalho; ampliação do acesso ao ensino superior; variações no poder de compra; mudanças

nas famílias, com menos filhos e os casamentos mais tardios; o em-poderamento feminino, ao mesmo tempo em que o pensamento conservador avança; e a luta contra o racismo.

As ruas do bairro mostram que a desigualdade social continua forte na cidade mais rica do país, assim como a sensação de insegurança - o que se repete em grandes municípios brasileiros. O avanço da 19, droga que deixa usuários como zumbis, é uma das mudanças recentes.

Samanta Oliveira de Souza, 31 anos, foi incentivada pela igreja evangélica que frequenta a abrir seu negócio. A comerciante trocou o emprego com carteira assinada para comandar uma loja de produtos de beleza e bijuterias em Ermelino Matarazzo. "O pastor foca o empreendedorismo e fala para a gente crescer com nosso esforço. Tem que 'meter a cara' e ir atrás", diz.

Na Igreja Cristã Comunhão e Vida, denominação criada no bairro, Samanta tem o conforto da fé, evangelização e a mentoria "vida em abundância", de empreendedorismo e prosperidade. "O pastor sai da linha tradicional de igrejas mais conhecidas, que são mais fechadas, e dá novos horizontes." Pelo celular, a comerciante assiste a 'lives' do pastor, se informa e divulga seu trabalho.

Doutor em antropologia, historiador e pesquisador do cristianismo evangélico, Juliano Spyer diz que a igreja evangélica é mais ágil para se capilarizar na sociedade e criar uma rede de solidariedade que ajuda a atrair fiéis. "Tem um senso de empreendedor, de estar nos lugares em que existe demanda", diz, sobre o crescimento dos evangélicos, uma das principais transformações da sociedade brasileira das últimas três décadas.

Segundo o pesquisador, o aumento de denominações pequenas é facilitado pela ausência de uma "entidade suprema", que diz se alguém pode ou não ser pastor, diferentemente da Igreja Católica. Juliano Spyer destaca ainda o papel dos evangélicos na alfabetização. "É essencial saber ler para poder ler a Bíblia."

Antônio Luciano Vital Cavalcante, 49 anos, é um exemplo da "uberização", outra mudança social recente. Depois da pandemia, ele fez uma transição no trabalho, ao conciliar o emprego em uma padaria com o de motorista de carro de aplicativo. Deixou para

trás a carteira assinada, após quase 30 anos, ao ver os R\$ 1,8 mil que ganhava como CLT passarem a R\$ 5 mil como autônomo. Antes, gastava três horas no ônibus para se locomover, tinha jornada de nove horas e trabalhava fins de semana e feriados. "Agora não trabalho menos, mas ganho mais", diz. "CLT é bom, mas às vezes o patrão não dá valor ao seu trabalho."

Antônio diz que a amizade com o antigo patrão continua e relata a reclamação ouvida do ex-chefe, que tem 26 padarias e enfrenta dificuldades para contratar funcionários. "Hoje tem mais oportunidades. Antes, a gente aceitava qualquer vaga e tinha medo de perder o emprego. O patrão entrevistava o funcionário. Agora, é o funcionário que entrevista o patrão e escolhe a vaga."

Assim como Antônio, em todo o país muitos deixaram a carteira de trabalho em busca de uma renda maior e mais flexibilidade. Em janeiro, 38% das demissões foram a pedido dos trabalhadores, segundo o Caged. Em 2020, a taxa era de 24%. É um dos reflexos do alto índice de pessoas ocupadas, com recorde de trabalho formal e por conta própria, além do maior rendimento registrado. O Brasil teve a menor taxa média de desemprego da série histórica da Pnad Contínua, de 6,6%, em 2024.

Raissa Nogueira Mariano, 21 anos, fez cursos de empreendedorismo e administração, abriu uma papelaria e não pensa em ter carteira assinada. A jovem diz que os amigos da mesma faixa etária que trabalham em grandes empresas trocam de emprego em pouco tempo. O cenário se repete Brasil a fora.

"Minha geração tem fama de não querer ser cobrada, mas não é isso. Já se foi o tempo de aguentar qualquer coisa para sustentar a família. Tem que ter também saúde mental", diz. A comerciante não pretende fazer faculdade e diz preferir cursos técnicos. A jovem vê notícias nas redes sociais, como o TikTok, e quase não assiste à televisão. Raissa não quer filhos por enquanto. "As mulheres estão se casando mais tarde. Primeiro é focar o trabalho e depois, a família. Casar só depois que tiver casa e tudo certinho." Magnelson Carlos de Souza, 63 anos, adaptou-se às mudanças na economia. No comando de uma autoescola e de um serviço de despachante, viu crescer o número de clientes quando o preço do carro popular caiu e a renda aumentou, nos dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Teve um 'boom' na economia, e a distribuição de renda alavancou tudo", diz.

O "boom" citado pelo empresário fez com que a classe C aumentasse no fim dos anos 2000 e início dos anos 2010, e o Brasil se transformasse em um país de classe média. Em 2012, 51,5% estavam na classe C ou

acima. Em 2014, eram 53,1%. Animado com o cenário econômico, Magnelson abriu uma franquia de loja de pão de queijo. O negócio fechou as portas quando o preço baixo da concorrência pesou mais do que a qualidade de seus produtos.

A prosperidade econômica deu lugar à recessão no segundo mandato de Dilma Rousseff, com contração de 3,5% em 2015. Nos últimos anos, o movimento da autoescola caiu à medida que o preço dos carros aumentou e o transporte por aplicativo se popularizou. "A vida do empresário é de super-homem. Muitas vezes temos que vender patrimônio para manter o comércio. E ser comerciante de bairro é missão quase impossível." Desde março, a autoescola foi transformada em uma loja de "vencidinhos" - ou "pegou, comeu" - com iogurte, bolachas, chocolate e até bacalhau próximos do vencimento, mais baratos do que no mercado tradicional. Com o preço alto dos alimentos, os "vencidinhos", de marcas conhecidas, fazem sucesso e o vaivém da loja é constante. "O bairro valoriza o preço. Tem que caber no bolso." O empresário avalia que o humor da população está ligado ao bolso. A queda na popularidade de Lula, com desaprovação de seu trabalho por 49%, segundo pesquisa Datafolha de abril, "tem muito a ver com a economia" e com "o que dá para comprar", diz.

A avaliação da gestão Lula como positiva, de 29%, segundo o Datafolha, é uma das mais baixas registradas em seus três mandatos. Nas eleições, Magnelson diz votar em quem poderá melhorar sua vida: já escolheu Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas considera que o melhor foi Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 2024, votou no prefeito Ricardo Nunes (MDB). "Ele não empolga, mas é mais conservador." O empresário critica políticas como cotas raciais e o Bolsa Família. "Estimulam as pessoas a ficarem acomodadas."

Com histórico de militância junto à Igreja Católica e a movimentos populares, Luis França, 60 anos, avalia que nos últimos anos está mais difícil mobilizar a população, depois que a região conquistou benfeitorias. Apoiador da esquerda, diz que o diálogo com o governo federal foi coitado na gestão Dilma e não foi mais retomado. Luis afirma que o governo Lula 3 "melhorou muito" em relação a Jair Bolsonaro (PL), mas ainda "falta conexão com o povo".

Luis comanda uma associação que atende pessoas com deficiência, a AC-DEM, criada pelo padre Antônio Luiz Marchiori, o TI cão, morto em 2021. O religioso, chamado de "trator de Deus", era um dos principais líderes do bairro periférico e lutou para a região ter três universidades públicas estaduais e federais - USP Leste, campus da Unifesp e Fatec -, em sintonia com a expansão universitária do país.

Em Ermelino, é comum a citação de que a vida é dividida entre "antes e depois" do padre Ticão, que batalhou também por moradias populares, hospital e posto de saúde, escolas, curso pré-vestibular e centro para idosos. Foi perseguido e chamado de "padre da maconha" por defender o uso medicinal da Cannabis.

Padre Ticão, conta Luis, buscou mapear o crescimento de igrejas evangélicas no bairro e percebeu a expansão mais forte a partir do fim dos anos 2010 - o que foi registrado no país todo. Segundo o Censo, evangélicos eram 9% da população em 1990, foram para 15,5% em 2000 e 22,2% em 2010. No mesmo período, os católicos caíram de 83% para 73,6% em 2000 e 64,6% em 2010. Não há dados do Censo 2022 sobre evangélicos, mas estimativas calculam 28% a 32%.

Michele de Campos, 35 anos, lutou com Ticão para levar universidades públicas à região. Entre 2003 e 2015, foram criadas no Brasil 18 universidades federais e 178 campus universitários, além dos programas ProUni e do Fies. Michele é a única de sua família a fazer faculdade e fonnou-se em teologia em uma instituição particular. "A faculdade pública nem sempre é para quem deveria ser", diz Michele, voluntária em um cursinho pré-vestibular.

A comerciante foi incentivada pelo padre a abrir uma loja de produtos naturais há oito anos, depois de trabalhar como CLT por dez anos. O padre a incentivou também a se separar do ex-mari-do, quando viu marcas roxas em seu corpo, da violência doméstica. Michele se casou novamente e não tem filhos, diferentemente de sua mãe, que teve nove. Participa de grupos de mulheres, com quem debate questões sociais, e diz que decisões sobre casar e ter filhos mudaram. "Não é como foi com os meus pais."

Liderança social, Bruno Nogueira dos Santos, 33 anos, cita seu vaivém profissional: deixou de ser metalúrgico para trabalhar como motorista de aplicativo, na pandemia. O retorno financeiro não foi o esperado e voltou a ser CLT. No fim de 2024, mudou para autônomo. "Estou de motoboy em dois restaurantes."

Bruno diz ter visto o empreendedorismo crescer na pandemia, quando muitos perderam o emprego. Agora, tem mais tempo para os dois filhos pequenos e pretende terminar a faculdade de direito. "O tempo é precioso. Meu pai trabalhava direto, tinha dois empregos. Estou para quebrar paradigmas", diz. "Eu trabalhava para o patrão tirar férias em Dubai, e eu mal conseguia ir para o Sesc." Apoiador de Lula, diz que a situação ainda está difícil, e avalia que falta "comunicação". "Precisa falar a língua que todo mundo entenda."

No coletivo Brincando na Kebrada, as gestoras culturais e arte-educadoras Sandra Conceição, Minéia Oliveira e Má-bia Rodrigues dos Santos falam do acesso mais fácil ao ensino superior, mas destacam a dificuldade para terminar a faculdade. E ponderam sobre a "roman-tização" do empreendedorismo no país.

Após concluir o ensino médio, Mábia, 45 anos, demorou oito anos para começar o curso de pedagogia. "Ou estudava ou trabalhava para ajudar em casa. Fui trabalhar", diz. Entrou em uma faculdade particular em 2003 e se formou com ajuda de bolsa de estudo, quando ainda não tinha programas de financiamento estudantil. "Hoje o acesso é mais fácil."

Professora do ensino infantil da rede municipal, Mábia vê muitos de seus ex-alunos e vizinhos com o sonho de ser "influencer" e ganhar dinheiro na internet. "Não é todo mundo que vai conseguir ter sucesso no YouTube, TikTok", afirma. "E como é que quem ganha um salário mínimo vai pagar o **INSS** e garantir a aposentadoria? Não é a prioridade. E no futuro, como vai fazer?"

Minéia, 50 anos, saiu da faculdade privada cie pedagogia quando a mensalidade pesou no orçamento. Voltou a estudar com ajuda do Fies, mas ainda não terminou de pagar, mesmo depois de formada. Trabalhou como professora da rede municipal, mas deixou o cargo para atuar como arte-educadora e produtora cultural. Minéia diz que ainda falta orientação para as pessoas administrarem a renda de seu trabalho.

"Fomos educados para sermos funcionários. Queremos nosso próprio negócio, mas não sabemos como administrar o dinheiro, fazer reserva." Em muitos casos, diz, o "empreender é o sobreviver", descrito de uma forma "romantizada".

A pedagoga diz que na pandemia muitos de seus vizinhos passaram por necessidade, assim como em bairros periféricos de todo o país. Foi com a articulação da comunidade que conseguiram comida, dinheiro e emprego. "Somos 'sevirólogos'. A gente 'se vira' com o que tem, e um ajuda o outro."

Sandra Conceição, 57 anos, terminou o ensino médio aos 35 anos, prestou o Enern e entrou em uma faculdade privada de pedagogia pelo Prouni, mas não conseguiu terminar por não cumprir as horas de estágio. Na época, teve de priorizar a família e o trabalho. Quando perdia o emprego CLT, vendia bolo, salgado, dava aula particular e "se virava" para ter renda. Comandou até time de futebol da região. Hoje, prefere atuar como autônoma e é produtora cultural e

ativista na Brincando na Kebrada, coletivo de mulheres pretas, periféricas e arte-educadoras que resgatam brincadeiras de rua com crianças.

Mábia Rodrigues dos Santos, Sandra Conceição e Minéia Oliveira defendem a política de cotas e destacam a criação da lei 10.639/03, que há 22 anos torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. A luta contra o racismo, avaliam, teve avanços e mais visibilidade, mas ainda tem muito a avançar.

Dono de uma empresa de construção e reforma de casas, o advogado Luciel Ferreira, 36 anos, diz que programas sociais mudaram a vida de sua família, especialmente no interior de Pernambuco, onde morou quando era criança. Em São Paulo, fez faculdade pelo Fies, a mãe de seus dois filhos recebe Bolsa Família e uma das crianças está no Pé-de-Meia.

Conselheiro participativo e petista, Ferreira relata que ao fazer campanha em 2024 percebeu que marcas de programas do PT perderam força na definição do voto. Assim como em muitos bairros periféricos de São Paulo, tradicionalmente pe-tistas, viu a direita avançar na região nas últimas eleições municipais, conquistando apoios com ações sociais, cestas básicas, emendas parlamentares e obras como o recapeamento de ruas. "Fizeram uma campanha muito forte, e o PT ficou 'desligado'." Ao comentar as mudanças que viu nos últimos anos, Luciel cita também a ação de lideranças evangélicas para conquistar espaços políticos e sociais, como as cinco vagas do conselho tutelar do bairro.

O advogado avalia que Lula não está numa "situação favorável", mas discorda da má avaliação nas pesquisas. "O governo precisa conversar mais, divulgar melhor. Tem muita 'fake news'", diz, citando as mensagens com conteúdo falso que costuma receber pelo celular.

Diretor do instituto de pesquisa Quaest, professor da UFMG e cientista político, Felipe Nunes destaca três grandes mudanças sociais nas últimas duas décadas: evangelização, digitalização e envelhecimento. Sobre política, o que definitivamente mudou é como os "times" são vistos, diz. "Há vinte anos, a população não se via em caixas como esquerda e direita: havia o petis-mo e o antipetismo, algo difuso e sem uma liderança. Agora, há o bolsonarismo e os variados movimentos conservadores que mobilizam segmentos específicos da população", diz. "O bolsonarismo criou para a direita o que o petismo já havia criado para a esquerda: uma identidade, uma forma de delimitar grupos sociais."

Ex-integrante dos conselhos de segurança e de saúde

de Ennelino, José Ferreira da Silva, 68 anos, já foi filiado ao PCdoB e PT e defendeu a esquerda até quando foi assessor do deputado de direita Coronel Ubiratan, que comandou o Massacre do Carancliru e morreu em 2006. Ferreirinha, como é conhecido, queixa-se do preço dos alimentos. "Não sei de onde o governo tira os índices de **inflação**. O poder de compra diminuiu muito." O aposentado diz sentir a economia estagnada desde o impeachment de Dilma, há nove anos. A gestão Lula 3 ainda não mudou sua percepção.

Militante político desde os 16 anos, Ferreirinha relata que, com a polarização do país, a oposição ao PT "está muito agressiva" e diz que a esquerda se distanciou da base social. "As igrejas evangélicas estão fazendo o que o PT fazia." Outra ponderação é sobre a falta de renovação na esquerda. "E se Lula tiver uma dor de barriga e não for candidato, quem vai ser? Não tem mais ninguém."

Ao mostrar ruas do bairro, Ferreirinha aponta a concentração de pessoas em situação de rua e para barracas de lona, improvisadas por usuários de drogas, em uma cena cada vez mais comum em grandes cidades brasileiras. Destaca também a falta de segurança, um dos principais do país, segundo pesquisas.

Na capital paulista, quase 500 mil famílias vivem em extrema pobreza, com renda de até R\$ 109 por mês por pessoa, segundo a prefeitura. No fim de 2024, a cidade tinha 90 mil pessoas em situação de rua, de acordo com pesquisa da UFMG.

A prefeitura divulga um dado menor sobre a população em situação de rua, de um censo municipal, mas é possível ver o forte crescimento: em 2000, eram 8,7 mil pessoas e em 2021, 31,8 mil.

No país, também teve um salto: 22,9 mil pessoas viviam nas ruas em 2013. Dez anos depois, eram 261,6 mil e no fim de 2024, 327,9 mil, segundo a UFMG.

Ferreirinha recorre à fé ao falar sobre a expectativa que tem para as próximas décadas, com o desejo de redução da desigualdade social e da pobreza. "Deus ajuda, mas tem que correr atrás."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>

# As transformações de Milei

Nos últimos tempos, Gonzalo Cabrera começou a notar uma mudança nos hábitos dos clientes da Ruben, uma "verdu-leria", como são chamadas as mercearias na Argentina, que fica entre os bairros de Recoleta e Palermo, em Buenos Aires. Gerente da Ruben, Cabrera percebeu que as pessoas passaram a comprar frutas e legumes por unidades. "Antes elas carregavam quilos de mercadoria", diz.

Cabrera, um boliviano que migrou para a Argentina há 15 anos, desconfia, por um lado, de que os preços estão altos, o que, de fato, levou a uma queda de consumo. Mas não é só isso. Antes, o cliente saía carregando muita coisa porque sabia que tudo ficaria mais caro no dia seguinte. Hoje, com a **inflação** mais baixa, ele pode se dar ao luxo de levar um pimentão ou duas ou três laranjas e, se necessário, voltar no dia seguinte para buscar mais.

Domar a hiperinflação, que há décadas atormenta a população argentina, foi, até aqui, o maior trunfo do economista liberal Javier Milei desde que assumiu a Casa Rosada, há quase um ano e meio. O índice anual baixou de 211,4%, em 2023, último ano do mandato do peronista Alberto Fernández, para 117,8%, em 2024, primeiro ano de Milei. Projeções de analistas indicam uma taxa em torno de 25% em 2025, se tudo der certo.

O polêmico presidente é o principal exemplo, na América Latina, de um fenômeno global recente, por meio do qual figuras de tendência direitista e sem vínculos a partidos - os chamados "outsiders" - se tornam populares ao captar a insatisfação do eleitor com modelos políticos vigentes.

No governo Milei, equacionar as finanças tem sido uma urgência que se sobrepõe a qualquer outra. Mas o custo social disso, as dúvidas em torno da capacidade de manter a **inflação** baixa e como serão construídos os alicerces para o desenvolvimento do país dividem opiniões.

"O governo assumiu com uma bandeira, que era baixar a **inflação**, e se dedicou a isso às custas de outros objetivos. E é isso o que interessa para a população, o que aparece nas pesquisas", afirma o economista Eduardo Levy Yeyati, professor da Universidade Torcuato Di Telia.

Os argentinos ainda reagem com estranheza à súbita retirada do Estado de suas vidas, uma marca do presidente liberal que contrasta com o modelo que

vigorou principalmente durante os governos peronistas. É como se, da noite para o dia, alguma coisa tivesse varrido o sistema anterior, deixando no ar dúvidas em relação ao que vem pela frente.

Como se diariamente empunhasse a motosserra, símbolo de sua campanha e gesto repetido pelo bilionário Elon Musk, Milei faz do corte de gastos públicos uma obsessão. E, mesmo com uma bancada minoritária no Congresso, tem conseguido apoio dos legisladores, inclusive peronistas, para a aprovação de várias medidas.

Rapidamente, ele acabou com subsídios no transporte público, energia elétrica e gás. Suspendeu obras públicas em todo o país. Cancelou reajustes de **servidores públicos** e extinguiu cargos públicos e ministérios. E, para a indignação dos educadores, cancelou a participação do governo federal na composição de salários de professores das universidades públicas e financiamento à pesquisa científica.

A Argentina tem 130 universidades, metade das quais é pública e concentra 80% das matrículas. Nas últimas três décadas, o governo federal arcava com 8% a 20% dos salários. O restante é pago pelas províncias, que, no Brasil, equivalem aos estados.

"Passamos a viver uma retumbante ausência do Estado nacional. O fim da participação do governo federal na composição dos salários dos professores provocou sérias perdas financeiras", afirma Nicolás Trotta, que foi ministro da Educação no governo anterior. "Haverá, também, suspensão de gastos em manutenção e construção de escolas e de recursos destinados a programas socioeducativos."

Não é de hoje, porém, que a necessidade de resolver as questões econômicas deixa a educação em segundo plano, afirma Cecília Calero, pesquisadora da Torquato Di Telia. O país que já ganhou o Prêmio Nobel cinco vezes tem, hoje, diz Calero, problemas de alfabetização e amarga dados desa-lentadores, como o que revelou que uma em cada duas crianças termina o ensino fundamental sem saber ler.

Com o enxugamento dos gastos em várias frentes, no primeiro ano de governo Milei, a Argentina saiu de um déficit público de 2,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2023, para um superávit de 1,8%, o primeiro em 14 anos. O forte ajuste fiscal não apenas agradou ao setor financeiro, a empresários e economistas, como

também permitiu ao governo fechar acordo de US\$ 20 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em meados de abril.

Outra medida de impacto foi a suspensão da emissão de moeda para gastos públicos, um ritual que havia se tornado corriqueiro nos últimos anos.

As paredes de cada sala do amplo escritório de consultoria do economista Martin Redrado, o Fundación Capital, tem pelo menos um quadro com notas de pesos assinadas por ele na época em que foi presidente do Banco Central. Notas que, na maioria, saíram de circulação. "Quando renunciei à presidência do Banco Central, eu disse à presidente Cristina Kirchner: "Pare de tirar dinheiro das reservas"", lembra.

Isso foi em 2010. Desde então, segundo o economista, "tiraram do Banco Central, para financiamento do setor público", US\$ 60 bilhões em reservas, que continuam negativas, situação que preocupa os analistas.

"Pelo menos temos hoje um Banco Central que se comporta como tal, e não um financiador do Estado. A emissão se restringe aos dólares de exportação. Para atingir uma política macroeconômica sustentável, precisamos de uma política fiscal sólida, uma política monetária que acompanhe", diz Redrado.

Mesmo assim, o economista aponta riscos. "Faltam outros pilares. A Argentina hoje tem as muletas do Fundo Monetário Internacional. Não é como qualquer país normal, mesmo da região, que renova sua dívida nos mercados voluntários de capitais."

O fim do "cepo", como eram conhecidas as restrições cambiais no país, ocorreu antes do que muitos esperavam. A maioria apostava que a medida, uma exigência do FMI, viria depois das eleições legislativas de outubro. Mas foi anunciada pelo governo no mesmo dia do acordo com o fundo.

Na campanha, Milei disse que dolari-zaria a economia. Os analistas não identificam que meios ele usará para cumprir promessa. Mas, para o argentino, seja qual for o cenário da política monetária, o dólar continuará a ser referência para fixar preços de bens como imóveis, um porto seguro contra eventuais crises e uma forma de poupar.

O economista Aldo Abram, diretor executivo da Libertad Progreso, uma associação de economistas que sugere políticas públicas, aposta, no entanto, numa mudança de hábitos.

"No passado saíamos comprando dólares desesperadamente quando percebíamos que viria

uma crise. Escondíamos as notas atrás do guarda-roupa, em cofres, mandávamos dinheiro para o exterior... E assim tirávamos dinheiro da economia."

Para Abram, o cidadão argentino continuará a poupar em dólares. A diferença é que se ele passar a sentir segurança em relação à economia, não deixará, como fazia no passado, de pintar a casa ou fazer uma reforma para comprar dólares como uma forma de proteger-se contra eventual crise.

O consultor internacional Jorge Castro aponta o sucesso do chamado "blan-queo" de moeda, um programa do governo que permitiu a declaração de pesos ou dólares sem pagar multas. "A medida resultou numa regularização de ativos de quase US\$ 35 bilhões", destaca.

O novo cenário começa a atrair investidores. "A Argentina está no radar", diz Dante Sica, fundador da consultoria Abe-ceb e ministro da Produção no governo de Maurício Macri (2015-2019).

Sica aponta, como mais cobiçados, o agronegócio, o setor de energia, em todas as suas variantes, como eólica e solar, petróleo e o gás de xisto, explorado na famosa formação geológica de Vaca Muer-ta, ao sul. As hidrelétricas também despertam interesse, além da mineração, com destaque para o lítio e cobre.

Muitos, no entanto, estão receosos. "A Argentina deixou muitas cicatrizes nos investidores porque já declaramos "default" na dívida externa, violamos contratos. Eles aguardam a consolidação macroeconômica e querem saber quanto o partido de Milei [La Libertad Avanza] obterá de votos nas eleições legislativas em outubro", diz.

Analistas, em geral, dão como certo que em outubro Milei ampliará, com folga, a sua minúscula bancada no Congresso, embora a oposição tenda a manter-se forte.

A partir desse novo fôlego, o país entraria na fase das reformas estruturais. "As mais firmes devem aparecer em 2026 e 2027", afirma Sica, que já avisou aos clientes: "Esse será um ciclo de oito anos"(o que significa a reeleição de Milei em 2027).

A atual gestão também agrada a empresários. "É surpreendente e valioso o que esse governo tem feito para controlar a situação fiscal e baixar a **inflação**", destaca Eduardo Costantini, um dos bi-lionários da Argentina, fundador do Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires (Malba) e proprietário de empresas do setor imobiliário.

Vem, no entanto, do agronegócio o maior apoio. Os

agropecuarias reagem positivamente ao cumprimento de uma promessa de campanha de Milei: a redução temporária de **impostos** cobrados na exportação de soja, milho, trigo, carnes e produtos lácteos.

A medida vale até o fim de junho. "Esperamos que até lá o temporário se torne definitivo e que logo os **impostos** sejam, por fim, eliminados; é um compromisso que o presidente assumiu conosco", afirma Ezequiel de Freijo, chefe do instituto de estudos econômicos da Sociedade Rural Argentina.

Com lojas em Buenos Aires e Córdoba desde 2019, a varejista brasileira Renner percebe "um consumidor mais confiante", segundo a diretora de operações, Fabiana Taccola. "Observamos sinais de estabilização econômica e um mercado com "fome de moda", diz a executiva. "Seguiremos investindo na operação argentina"

Nos últimos meses, Adriano Merigli, presidente das operações na América Latina da inglesa JCB, de máquinas agrícolas, viajou de São Paulo para a Argentina três vezes. "Eu precisava entender o momento", diz. Segundo ele, como consequência do fim das barreiras à importação, os revendedores argentinos começaram a pedir mais máquinas, o que exigiu aumento do ritmo da linha de produção da fábrica de Sorocaba (SP). "Quase dobramos os volumes destinados à Argentina", diz.

"Os argentinos estão fazendo a lição de casa", diz Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, que, desde maio de 2024, substituiu a exportação de veículos do Brasil por produção local, em Córdoba. Os veículos são montados com componentes importados do Brasil. O fim das restrições às importações no país vizinho trouxe alívio: "Antes, ficávamos meses esperando autorizações".

Milei se beneficia de uma oposição que se enfraqueceu e está dividida. O maior expoente é a ex-presidente Cristina Kirchner. Outra possível liderança seria o também kirchnerista Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires, não estivessem, ele e Cristina, brigados na maior parte da gestão Milei.

O futuro político de Cristina é uma incógnita. Acusada de corrupção, ela apresentou à Corte Suprema de Justiça recurso contra a sentença de prisão, determinada pelas instâncias inferiores, o que a tornaria inelegível já em outubro. No início de abril, Milei sofreu uma derrota nesse sentido, quando o Senado rejeitou o nome de dois juizes que ele havia nomeado, temporariamente e por meio de decreto, para integrarem a cúpula do tribunal.

Sem oposição forte, chama a atenção na Argentina de hoje a quase ausência das históricas manifestações de rua. Entre os movimentos mais ativos está o dos aposentados, que também entraram no corte de gastos públicos. Semanalmente eles se reúnem em frente ao Congresso Nacional para pedir a volta do subsídio para medicamentos e a prorrogação da moratória previdenciária, que permitia a aposentadoria sem os 30 anos de contribuição necessários.

Todas as quartas, Juan Domingo participa da manifestação. Ele tem esse nome porque nasceu homem. Fosse mulher teria sido batizado como Eva, ou Evita, nome da esposa do ex-presidente Juan Domingo Perón. O Juan Domingo que agora protesta lamenta a sucessiva perda de seu poder aquisitivo. Por ironia do destino, ele, que se aposentou como funcionário da área de telefonia, recentemente foi obrigado a abrir mão do aparelho de telefone como mais uma forma de cortar despesas.

Algumas cenas das manifestações dos aposentados entristecem. Os que perderam forças para erguer faixas carregam cartazes até em andadores. O grupo é alvo da robusta força policial que segue ordens da ministra de Segurança, Patricia Bullrich, que, depois de disputar a última eleição presidencial, tornou-se aliada de Milei.

Bullrich proibiu interrupções do trânsito. Assim, os aposentados se aglomeram nas calçadas e esquinas. E quando ousam se deslocar para a rua os policiais entram em ação, com gás lacrimogênio.

A marcha dos aposentados segue linha semelhante à das "Madres de la Plaza de Mayo", associação de mães que tiveram filhos assassinados ou desaparecidos durante a ditadura militar. Esse grupo tem até uma universidade (que recorreu à Justiça contra a chegada de um novo reitor, nomeado por Milei).

De 1977 ao fim de abril deste ano, as mães já marcharam na Plaza de Mayo 2.455 vezes, segundo Demetrio Iramain, escritor, professor e integrante do movimento. A maioria é bem idosa; uma tem 100 anos. "Com esse grupo ninguém mexe", diz Iramain.

Para analistas, outro fator que inibe manifestações são os planos sociais. Milei não só manteve os benefícios como os reajustou em índices acima da **inflação**. Em 2024, o valor do "Asignación Universal por Hijo", benefício cujo valor varia de acordo com o número de filhos, aumentou quase 350% contra uma **inflação** de 2%.

"Trata-se de um plano que cobre uma parte importante

cia população", afirma Yeyati. Tanto ele como Castro elogiam, ainda, a decisão governamental de distribuir os recursos sem a intermediação de organizações sociais, como acontecia antes.

O movimento sindical, que sempre liderou mobilizações, também está retraído. Dirigente na Confederação de Sindicatos Industriais da Argentina, Maria Soledad Calle culpa mudanças na legislação que interferem nas convenções coletivas e eliminaram taxas de contribuição sindical. Além disso, diz ela, ex-funcionários de grandes empresas ocupam postos importantes na Casa Rosada, em secretarias de produção e do trabalho, o que "coloca o governo a serviço de grandes empresas e enfraquece o interesse dos trabalhadores".

A sindicalista faz, no entanto, uma autocrítica em relação à vitória de Milei. "Nós [os sindicatos] pensávamos: bem, os salários estão sendo ajustados acima da **inflação**. Tudo certo. Mas viver com as incertezas da **inflação** é algo que nossa força política subestimou", afirma.

O resultado, lamenta a dirigente, foi a ascensão de um governo "que tem como foco desregular a economia e criar um Estado neocolonial que se especializa na exportação de produtos primários e transforma a economia argentina em um apêndice do capital norte-americano".

Para Calle, qualquer sociedade está sujeita ao surgimento de "um lobo como Milei". "Na Argentina temos essa coisa de olhar para o umbigo e achar que tudo o que acontece é questão argentina, dos nossos erros no peronismo", diz. "Mas Milei representa um tempo em que o capitalismo assume a disputa de quem vai governar o futuro: a lei do Estado ou a lei dos mercados."

Trotta, o ex-ministro da Educação, deposita em Cristina Kirchner, agora na presidência do Partido Justicialista (PJ), a esperança de que ela possa "criar um quadro de reconciliação entre os muitos setores do peronismo que se distanciaram nos últimos tempos".

Já para Sica, o peronismo está no seu "momento gramsciano". Antonio Gramsci (1891-1937), filósofo e um dos fundadores do partido comunista italiano, dizia que "há momentos em que o velho não acabou de morrer e o novo não acabou de nascer". "O peronismo continua agarrado ao kirchnerismo, que, apesar de estar em declínio, ainda tem peso relativo, mas nada de novo e atraente aparece", diz.

Em fevereiro, Milei se envolveu num escândalo. O presidente publicou um post incentivando as pessoas a investirem no to-ken de criptomoeda \$LIBRA apenas

três minutos após seu lançamento público. O valor da moeda aumentou exponencialmente e depois despencou. Uma comissão de inquérito analisa o caso na Câmara dos Deputados e tanto opositores como simpatizantes do governo acreditam que esse escândalo continuará a arranhar a imagem de Milei por um bom tempo.

Dois meses depois, no entanto, a divulgação do índice de pobreza foi uma vitória para o governo. Segundo o Indec, órgão federal que, nos últimos anos recuperou a confiança perdida entre 2007 e 2016, no segundo semestre de 2024 o índice recuou de 52,9% para 38,1%. Os analistas são unânimes em afirmar que o controle inflacionário explica o recuo, porque a maior parte da composição dos dados pesquisados envolve a cesta de alimentos.

Redrado diz que nenhum governo até agora conseguiu atacar "o núcleo da pobreza estrutural" da Argentina, que gira em torno dos 35%. Para ele, esse percentual não baixará sem o país definir uma estratégia de desenvolvimento.

O índice de pobreza é medido entre pessoas que têm moradia. Não abrange a população de rua, que, embora sem números precisos, aumenta a olhos vistos em todo o país. Chamam a atenção famílias que agora vivem nas ruas argentinas ao lado de pequenos móveis ou utensílios que aparentemente faziam parte de uma casa recém-abandonada.

Com o fim do subsídio ao transporte, muitos preferem se acomodar próximo ao local de trabalho. E, principalmente nessa época, de "frio polar", como dizem os argentinos, a cada dia surgem mais Organizações Não Governamentais que distribuem comida para essa população.

Marco Vocal é voluntário do Amigos por la Calle (Amigos pelas ruas), uma ONG que tem 120 pessoas se revezando no preparo da comida e distribuição. Ao receber um prato com espaguete, molho e empanadas, Cristian conta que trabalha num lava-rápido. Mas, como o dinheiro é insuficiente para pagar moradia, passa a noite em frente à estação de metrô do Obelisco, marco histórico do centro de Buenos Aires. Cristian segue para o lava-rápido logo no primeiro trem, às 5h. Não porque queira chegar mais cedo ao trabalho. "Nessa hora alguns porteiros de prédios e gente do comércio ligam as mangueiras para lavar a calçada; é preciso correr."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188182?page=1&section=1>

# Nova tabela do IR entra em vigor

Começou a valer ontem a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para quem recebe até R\$ 3.036 por mês, o equivalente a dois salários mínimos em valores atualizados.

A medida confirma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de garantir, durante seu mandato, a isenção no mínimo para quem ganha até dois salários mínimos. Uma primeira atualização da tabela do IR já havia sido sancionada em 1º de maio do ano passado.

A nova atualização deve ser sentida pelo contribuinte no ano que vem, quando for aberto o período de entrega da declaração do IRPF 2026, que leva em consideração os rendimentos recebidos neste ano.

Assim como no ano passado, contudo, as mudanças ocorrem apenas nas duas primeiras faixas de cobrança. Os demais intervalos da tabela progressiva seguem com os mesmos valores inalterados desde 2015. Um projeto de lei com a reforma ampla da tabela do IR, com isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, foi enviado ao Congresso pelo governo em março e ainda deve ser analisado.

O projeto prevê, por exemplo, compensar a perda de arrecadação com os contribuintes de menor renda por meio da cobrança de alíquotas fixas adicionais para quem ganha acima de R\$ 600 mil, progressivamente. Caso haja aprovação neste ano, as novas regras podem valer já a partir de 2026.

Salário mínimo Neste ano, o salário mínimo foi estabelecido por decreto em R\$ 1.518 a partir de 1º de janeiro. O valor representa um ganho maior do que a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado nos 12 meses até novembro de 2024. (Agência Brasil)

**Site:**

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2025/05/nova-tabela-do-ir-entra-em-vigor.html>